

# AFROFEMINIST DATA FUTURES

## AUTORA

Neema Iyer  
Chenai Chair  
Garnett Achieng

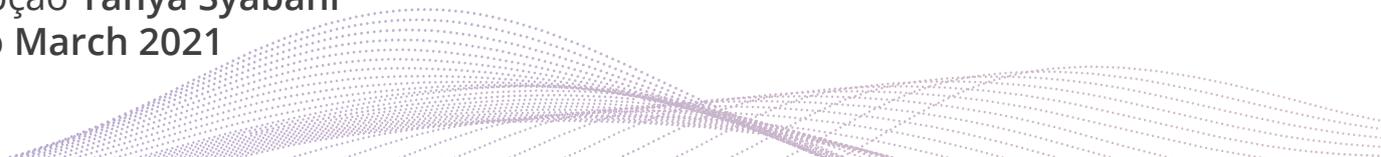




Pesquisa conduzida por

# POLLICY

**Autores Neema Iyer, Chenai Chair, and Garnett Achieng**  
**Ilustradora Neema Iyer**  
**Concepção Yahya Syabani**  
**Datado March 2021**



# CONTEÚDO

Resumo .....	4
Contexto .....	5
Objetivos .....	30
Metodologia .....	30
A Jornada Feminista .....	35
O Que São Dados? .....	38
Desafios No Uso De Dados .....	46
Preocupações Com Uso De Dados .....	65
Um Roteiro Para O Fortalecimento Do Ecossistema De Dados Feministas .....	80
Conclusão .....	97
Agradecimentos .....	98
Referências .....	99

# RESUMO

Na busca pela igualdade de género e pela mudança social, o papel transformador dos dados, quando aplicados adequadamente, pode ser usado para desafiar desequilíbrios de poder dominante e criar impacto social em comunidades. Esta pesquisa se concentra especificamente em movimentos Afrofeministas que trabalham em direção à justiça social, explorando a coleta, o compartilhamento e o uso de dados digitais para transformação social. Por meio de uma abordagem de métodos mistos que centraliza esses movimentos, determinamos a extensão do uso de dados, as oportunidades e os desafios de trabalhar com dados, bem como apresentamos recomendações para que as empresas de rede social contribuam melhor para os ecossistemas de dados no contexto africano.

# CONTEXTO

## Introdução

Em maio de 2013, a Organização das Nações Unidas (ONU) cunhou o termo “revolução dos dados” para inaugurar uma nova era onde agências internacionais, governos, organizações da sociedade civil (OCS) e o setor privado se comprometeriam com a melhoria da qualidade e disponibilidade de dados. Melhores dados e estatísticas melhorariam o rastreamento de progresso e a responsabilização e promoveriam a tomada de decisões embasadas em evidências (Revolução de Dados da ONU, 2013). Uma verdadeira revolução dos dados inclui etapas

transformadoras, como “melhorias na forma como os dados são produzidos e usados; fechamento de brechas de dados para evitar a discriminação; construção de competência e alfabetização de dados em “small data” e análise de Big Data; modernização de sistemas de coleta de dados; liberação de dados para promover transparência e responsabilidade; e desenvolvimento de novas metas e indicadores” (Revolução de Dados da ONU, 2016).



*O Big Data é definido como conjuntos de dados extremamente grandes e complexos - estruturados e não estruturados - que crescem a taxas cada vez maiores. O Big Data pode ser analisado computacionalmente para revelar padrões, tendências e associações, especialmente relacionadas aos comportamentos e interações humanas.*

## A Conversa sobre Dados na Região Africana

Dados são vistos como uma ferramenta poderosa para enfrentar os desafios globais, pois podem oferecer novas visões sobre áreas tão diversas quanto pesquisa em saúde, educação e mudanças climáticas (boyd & Crawford, 2012, p. 674). Além disso, o que é contabilizado muitas vezes se torna a base para a elaboração de políticas e alocação de recursos (D'Ignazio & F. Klein, 2020). Embora os dados analisados não sejam uma panaceia para resolver todos os problemas, é uma forma de conhecer a profundidade de um fenômeno (qualitativo) bem como a amplitude (quantitativa) (Crehan, 2020). Quando coletados e analisados com qualidade e integridade, os dados podem orientar o que sabemos e como operamos,



e é a base do conhecimento. Por exemplo, estimativas básicas da população muitas vezes não existem para pessoas LGBTQIA+ e alguns migrantes forçados, permitindo que alguns governos neguem a sua existência – ou seja, tornando-os invisíveis (Crehan, 2020). Os dados coletados em grupos marginalizados os tornam visíveis e trazem à tona o dever de suprir suas necessidades.

Por outro lado, os dados também podem representar desvantagens e desafios significativos. Ao se manifestarem como vigilância, permitem invasões de privacidade, diminuem as liberdades civis e aumentam o controle estatal e corporativo (boyd & Crawford, 2012, p. 674). Essa teoria pode ser vista no continente considerando que alguns

governos africanos que foram capazes de digitalizar sua coleta de dados, se concentraram mais em “sifonar dados de cidadãos enquanto mantinham o Estado opaco e fazendo civis andarem na linha, do que na melhoria dos serviços que os Estados prestam aos cidadãos” (Nyabola, 2018, pp. 70). Neste caso, os governos podem ter melhorado na coleta de dados dos cidadãos, mas não necessariamente em gerenciá-los ou aproveitá-los para um potencial positivo.

Nossa análise documental destaca as infraestruturas de dados no continente, o contexto das práticas de tratamento de dados e a disponibilidade de dados para entender a extensão das brechas e oportunidades em toda a África. Demonstramos as nuances dessa exploração com uma perspectiva

de género fundamentada no feminismo de dados, na justiça de dados e nos movimentos feministas africanos.

## Infraestrutura de Dados no Continente

Em resposta ao apelo da ONU para uma revolução dos dados, governos, OCSs e o setor privado começaram a usar a digitalização como forma de coletar e armazenar dados. A premissa é que a digitalização se traduz em melhores produtos e serviços. Apesar dessa mudança, muitos países africanos ainda estão defasados. Faltam a eles registos civis funcionais e sistemas estatísticos vitais que muitas vezes atuam como bases nas quais as infraestruturas de dados digitais são construídas (Dados 2x, 2019 b). Pessoas peritas em estatística têm encontrado dificuldades para acompanhar o quão bem os países africanos estão caminhando em direção aos objetivos da ONU de desenvolvimento sustentável de 2030 por conta dessa ausência de dados. Em média, os governos africanos coletam estatísticas que cobrem apenas cerca de um terço dos dados relevantes necessários para rastrear esse progresso (Pilling, 2019).

---

**Gray, Gerlitz, &  
Bounegru**

2018, p. 1

“ *As infraestruturas de dados são sistemas técnicos de grande escala utilizados na criação, armazenamento, processamento, análise e distribuição de informações*

Dados de género também permaneceram sub-coletados, uma vez que grandes brechas de dados de género existem em bancos de dados nacionais e internacionais. Um estudo do Data 2X de 2019 de bancos de dados nacionais em 15 países africanos, incluindo os principais centros económicos e digitais, como Quênia, Nigéria e África do Sul, descobriu que os dados discriminados por sexo estavam disponíveis para apenas 52% dos indicadores relevantes de género. Grandes brechas de dados de género existiam em todos os 15 países, sendo elas distribuídas de forma desigual entre os indicadores. Por exemplo, nenhum indicador no domínio ambiental possuía dados discriminados por género a nível internacional no banco de dados (Data 2x, 2019 b).



A importância dos dados de gênero e dos dados discriminados por sexo tem sido largamente ignorada devido ao menor valor que algumas sociedades atribuem a mulheres e meninas (Temin & Roca, 2016, p. 268). Além disso, quando os dados de gênero podem estar disponíveis, sua interpretação e análise podem ser tendenciosas porque a produção de dados de gênero não é um simples exercício de contagem de mulheres e homens (Ladysmith, 2020). Dados de gênero exigem que pesquisadores compreendam com clareza como parcialidades e dinâmicas de poder estão incorporadas no delineamento dos estudos, metodologias de amostragem, coleta de dados e nos dados brutos em si. Todos os pesquisadores são intérpretes de dados e, idealmente, devem levar em conta a tendenciosidade na sua compreensão dos dados (boyd & Crawford, 2012, p. 663). Como um resultado dessas brechas e preconceitos, muitas questões únicas ou predominantemente relacionadas às mulheres africanas permanecem mal compreendidas (Temin & Roca, 2016, p. 268).

# Plataformas de Redes Sociais, Coleta de Dados e Dados Não-Comerciais de Redes Sociais

Com a falta de infraestruturas de dados funcionais e a disponibilidade de dados discriminados por género, outra fonte potencial de dados a ser explorada são empresas de rede social. Sites de redes sociais coletam e produzem uma grande quantidade de dados regularmente em vários assuntos. Por exemplo, sob a iniciativa Data for Good do Facebook, conjuntos de dados e metodologia disponíveis ao público podem ser baixados gratuitamente em forma de:

**1** *Mapas de densidade populacional de alta resolução para quase todos os países do mundo*  
(Facebook, 2019)

**2** *Dados Demográficos para quase todos os países do mundo*  
(Facebook, 2020a)

**3** *Dados do Future of Business Survey para 97 países*  
(Facebook, 2020b)

**4** *Mapas da Rede de Distribuição Elétrica para 6 países na*  
(Facebook, 2021)

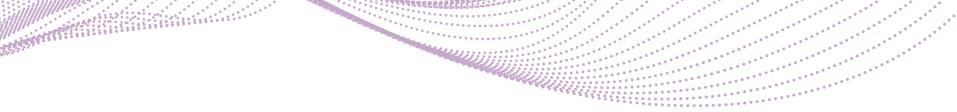
Esses dados podem ser encontrados no Humanitarian Data Exchange e na Amazon Web Services. O Facebook também realizou pesquisas sobre temas como igualdade de gênero em casa, sintomas de COVID-19 e os conhecimentos, atitudes e práticas dos usuários sobre o COVID-19. Assim, as plataformas de rede social podem servir como fonte central de dados para aqueles que buscam pesquisar a sociedade e a cultura no século XXI (Persily & Tucker, 2020). Esta pesquisa explorará ainda mais as necessidades e desafios da utilização de dados de rede social para pesquisa, formulação de políticas e ativismo.

Em última análise, embora diferentes plataformas de rede social tenham focado diferentes níveis de esforço para disponibilizar dados para pesquisas externas, os dados dessas plataformas ainda não estão amplamente disponíveis e acessíveis por muitas razões (Persily & Tucker, 2020). Em primeiro lugar, as condições de uso de APIs (Interface de Programação de Aplicações) públicas que permitem aos pesquisadores ter acesso aos dados de rede social estão mudando continuamente, apresentando uma série barreiras à pesquisa (Data 2X, 2019a). As APIs também fornecem acesso apenas a uma pequena porcentagem de dados globais, e muitas fornecem acesso apenas à coleta de dados em tempo real, dificultando a análise póstuma.

Em segundo lugar, muitos pesquisadores, particularmente aqueles incorporados em movimentos “grassroots” (comunocêntricos, de base) ou pequenas organizações, não têm a expertise para extrair informações valiosas

de grandes bancos dados de rede social. A capacidade de coletar, armazenar, manter, analisar e mobilizar grandes bancos de dados ainda permanece com grandes corporações, governos ricos e universidades de elite (D'Ignazio & Klein, 2020, pp. 1-3). Cientistas de dados são caros para contratar, e organizações feministas são cronicamente subfinanciadas (Ladysmith, 2020).

Em terceiro lugar, em muitos casos, os dados de empresas de rede social podem ser coletados de forma antiética e usados para fins antiéticos. Os dados de rede social disponíveis para pesquisa podem levantar preocupações sobre a privacidade e segurança dos usuários de rede social e expor as empresas a riscos legais. Esse foi o caso quando funcionários da empresa política, Cambridge Analytica, utilizaram indevidamente dados de milhões de usuários desavisados do Facebook, usando essas informações para atingir eleitores e manipular as eleições nos EUA, Nigéria, Quênia e outros países (Confessore, 2018).



*A capacidade de coletar, armazenar, manter, analisar e mobilizar grandes bancos de dados ainda permanece com grandes corporações, governos ricos e universidades de elite*

**D'Ignazio  
& Klein**  
2020, pp. 1-3

## Proteção de Dados em todo Continente

A proteção de dados na África ainda pode ser descrita como em seu estágio nascente, já que muitos Estados africanos ainda não possuem uma lei de proteção de dados ou ainda não implementaram totalmente tais leis (Ilori, 2020). Dos 55 Estados do continente, 28 países possuem uma lei de proteção de dados, dos quais 15 criaram autoridades de proteção de dados (APDs) para impor o cumprimento a lei. As APDs são autoridades públicas independentes que monitoram e fiscalizam, por meio de poderes investigativos e corretivos, a aplicação da lei de proteção de dados. Elas fornecem consultoria especializada sobre questões de proteção de dados e lidam com denúncias de possíveis violações da lei.

No entanto, mesmo os países africanos que promulgaram uma lei de proteção de dados ainda estão aquém de proteger os dados dos cidadãos por uma série de razões. Por exemplo, Quênia, Uganda, Botsuana, Guiné Equatorial, Seychelles e Madagascar são casos de países que aprovaram leis de proteção de dados e ainda não criaram suas APDs (Ilori, 2020). A ausência do regulador para impor a lei cria um sistema de dados unidirecional, onde os cidadãos não podem responsabilizar governos e instituições privadas pela má gestão de seus dados (Nyabola, 2018, pp. 71). Outra questão é a falta de estruturação padrão que garantam a independência das APDs na África (Ilori, 2020). O Senegal, no entanto, estabeleceu o cenário para outros países ao iniciar uma reforma legal para resolver as brechas identificadas em suas leis de proteção de dados (Robertson, 2020). Essas reformas abordarão a necessidade de mais independência para a Commission on Personal Data (Comissão de Dados Pessoais), entre outras questões. Para além disso, as problemáticas de gênero na proteção de dados são muitas vezes ignoradas, mas, como argumenta Chair (2020), é necessário realçar as nuances nas questões de proteção de dados de gênero, especialmente para grupos vulneráveis.

# Práticas de Dados enraizadas no colonialismo

As práticas de extração e uso de dados devem ser exploradas no contexto da dinâmica de poder e eventos históricos enraizados no colonialismo. Embora os governos africanos estejam defasados na criação de infraestruturas de dados e na aprovação de leis de proteção de dados, o setor privado encontrou, neste vazio, um solo acolhedor. A África tem sido apontada como um tesouro de dados inexplorados, e grandes empresas de tecnologia estão a correr para criar infraestruturas digitais para sua produção de lucros. Este movimento foi descrito como imperialista, com estudiosos comparando-o à Disputa e Partilha da África e referindo-se a ele como “colonialismo digital”. O colonialismo digital é a extração descentralizada e o controle de dados de cidadãos, com ou sem seu consentimento explícito, através de redes de comunicação que são predominantemente desenvolvidas e de propriedade de empresas ocidentais de tecnologia (Coleman, 2019). Embora as empresas ocidentais não sejam as únicas que usam meios extrativos para obtenção de dados, uma proporção significativa da infraestrutura digital da África é controlada por potências tecnológicas ocidentais como Amazon, Google, Facebook e Uber (Abebe et al, 2021).

Pode-se considerar as empresas digitais de hoje como equivalentes do século XXI das Companhias Majestáticas, como a Companhia Imperial Britânica da África Oriental, a Royal Niger Company, ou a Companhia Alemã da África

Oriental (Tamale, 2020). Essas empresas combinam “as práticas extrativistas predatórias do colonialismo histórico com os métodos abstratos de quantificação da computação” (Couldry & Mejias, 2018, p. 340). Elas também exercem formas estruturais de dominação através da propriedade centralizada e controle dos três pilares fundamentais do ecossistema digital: software, hardware e conectividade de rede (Kwet, 2018). Além disso, os processos de acumulação de dados são acompanhados por retóricas coloniais semelhantes, como “liberar o bilhão inferior”, “ajudar os desbancarizados”, “conectar os desconectados” e usar dados para “saltar a pobreza” (Abebe et al, 2021).

Adicionalmente, as empresas extraem, mineram e lucram com dados de africanos sem seu consentimento explícito e conhecimento de para o que os dados são utilizados. Um desses casos foi quando a Guinness Transporters, que opera em Uganda como SafeBoda, vendeu dados de clientes desavisados para a Clever Tap, uma empresa terceirizada dos EUA (Kasemiire, 2021). Uma investigação da Autoridade Nacional das Tecnologias de Informação – Uganda (National Information Technology Authority – Uganda; NITA-U) descobriu que a SafeBoda divulgou endereços de e-mail dos usuários, números de telefone, nome e sobrenome, sistema operacional de seus dispositivos móveis, versão e tipo de aplicativo, bem como status de login do usuário (Kasemiire, 2021). Por fim, enquanto os dados extraídos pelas corporações poderiam ser reaproveitados para beneficiar outras entidades, os laços entre ciência, Estado e corporações

sobre o compartilhamento de dados são relativamente fracos no continente.

Nos casos em que o setor privado colaborou com governos, as parcerias não têm sido inteiramente benéficas para os cidadãos. Por exemplo, enquanto a Huawei Technologies é responsável por até 70% da rede de telecomunicações da África, ela também estabeleceu o terreno para a vigilância dos cidadãos por governos autoritários sob seus projetos de Cidade Segura (Kidera, 2020;). Em Uganda e na Zâmbia, alegações contra a Huawei Technologies afirmam que ela ajudou na vigilância governamental de oponentes políticos interceptando suas comunicações criptografadas e redes sociais, e usando dados celulares para rastrear seus paradeiros (Parkinson, Bariyo, & Chin, 2019). Em ambos os casos,



essa vigilância levou à prisão de políticos e blogueiros (Parkinson, Bariyo, & Chin, 2019).

---

## Kasemiire

2021

“ *Um desses casos foi quando a Guinness Transporters, que opera em Uganda como SafeBoda, vendeu dados de clientes desavisados para a Clever Tap, uma empresa terceirizada dos EUA*

# Realçando as nuances de gênero em dados: Mulheres, Dataficação e Dataveillance

Não obstante, o uso de dados digitais como o Big Data pode adicionar nuances à nossa compreensão da vida de mulheres e meninas através do fornecimento de informações altamente granulares tanto no espaço quanto no tempo e oferecimento de insights sobre aspectos da vida que muitas vezes são difíceis de quantificar e capturar em tipos padrão de coleta de dados (Data 2x, 2019 a). Por exemplo, pesquisas socioeconômicas nacionais normalmente oferecem informações sobre o status da família como um todo, ignorando as desigualdades dentro do domicílio. Informações coletadas a partir do uso do celular, entretanto, podem nos ajudar a aprender mais sobre o bem-estar de milhões de mulheres e meninas individualmente.

*As informações coletadas por meio do uso de telefones celulares podem nos ajudar a entender melhor o bem-estar de milhões de mulheres e meninas.*

No entanto, a dataficação (transformação da ação social em dados quantificados on-line, que permite o rastreamento em tempo real e a análise preditiva) representa simultaneamente um risco particular para a privacidade de mulheres e meninas (Dados 2x, 2019 a; Van Dijck, 2014, p. 200). Quando as relações sociais existentes já são patriarcais, as tecnologias de vigilância (entre outras) tendem a amplificar essas tensões e desigualdades (Monahan, 2009). Além disso, o poder dos dados para classificar, categorizar e

intervir não tem sido deliberadamente ligado à justiça social e agendas feministas (Taylor, 2017). O uso de dados tem permanecido técnico em grande parte, com pesquisas focadas mais na promoção da capacidade de corporações e de Estados de usar dados para fins lucrativos e vigilância (Taylor, 2017).



---

# Data Science Central

2018

“ Dataficação é a transformação da ação social em dados quantificados on-line, permitindo assim o acompanhamento em tempo real e a análise preditiva. Simplesmente dito, trata-se de pegar processos/ atividades anteriormente invisíveis e transformá-los em dados que podem ser monitorados, rastreados, analisados e otimizados

Adicionalmente, as normas sociais restringem a capacidade de mulheres e meninas de expressar suas opiniões sobre seus direitos, como normas de privacidade, uma preocupação decorrente da coleta de dados (Dados 2x, 2019a; World Wide Web Foundation, 2020). Elas também podem ter pouco acesso a serviços jurídicos para proteger seus direitos de consumidora à privacidade e podem ser excluídas de participar do debate público em torno de questões como o uso ético de dados individuais pelo setor privado. Em um estudo recente da Pollicy envolvendo 3.306 mulheres de cinco países africanos, 95% das entrevistadas ugandenses e 86% das entrevistadas senegalesas relataram não saber de quaisquer leis e políticas existentes para protegê-las on-line.

## **Feminismo de Dados // Dados e os mitos em torno da neutralidade de dados**

Os dados criados, processados e interpretados sob relações desiguais de poder por humanos e/ou algoritmos feitos por humanos potencialmente reproduzem as mesmas exclusões, discriminações e expectativas normativas presentes nas sociedades (Shephard, 2019). Uma vez que as práticas de dados foram enraizadas no patriarcado e no colonialismo, o poder e as relações de gênero se manifestam nas práticas de dados, especialmente no que diz respeito

à forma como os dados são gerados, analisados e interpretados (Tamale, 2020). Diante disso, é importante identificar brechas, preconceitos e como fatores como racismo, sexismo, classismo e transfobia se cruzam para discriminar e marginalizar ainda mais aqueles sub-representados e ou de outra forma deixados de lado nos dados (Shephard, 2019).

Em resposta a essa necessidade, Catherine D'Ignazio e Lauren Klein cunharam o termo "feminismo de dados" para se referir a "uma maneira de pensar sobre dados, tanto seus usos quanto seus limites, que é informada pela experiência direta, pelo compromisso de ação e pelo pensamento interseccional feminista" (D'Ignazio & Klein, 2020). O feminismo de dados está ancorado

em sete princípios sobre desafiar o poder e o privilégio usando a ciência de dados. Os princípios são os seguintes: examinar o poder, desafiar o poder, elevar a emoção e a personificação, rever pensamentos binários e hierarquias, abraçar o pluralismo, considerar contexto e tornar o trabalho visível.

Enquadrar dados dentro do movimento feminista requer pensar em justiça - justiça de dados em particular. Para efeitos desta pesquisa, o enquadramento da justiça de dados é extraído do trabalho de Linnet Taylor, que a delimita como "justiça na forma como as pessoas são tornadas visíveis, representadas e tratadas como resultado de sua produção de dados digitais" (Taylor, 2017). A justiça de dados é postulada como uma forma de

determinar caminhos éticos em um mundo datificado. Está ancorado em três pilares da seguinte forma: (in)visibilidade, (des)engajamento com a tecnologia e antidiscriminação.

Por fim, o Afrofeminismo é uma lente importante para se explorar quando se fala em colonização digital e práticas de dados injustas, especificamente no continente africano. Afrofeminismo é um ramo do feminismo que distintamente busca criar suas próprias teorias e discursos ligados à diversidade de experiências africanas (Tamale, 2020). Ele trabalha para recuperar as ricas histórias das mulheres pretas ao desafiar todas as formas de dominação (Tamale, 2020). A compreensão das feministas africanas sobre o feminismo coloca sistemas incorporados em estruturas exploratórias e opressivas como o patriarcado, o colonialismo e o imperialismo no centro de suas análises (AWDF, 2007; Tamale, 2020).



# Mulheres Africanas e o Futuro de Dados Afrofeminista

Mulheres na África Subsaariana são as menos propensas a estar online, com apenas 28% delas conectadas e, como resultado, têm pegada digital mínima (Iglesias, 2020). Isso leva a uma exclusão dos aspectos positivos de nossa contínua revolução digital. As mulheres africanas são marginalizadas da indústria de tecnologia e carecem de fundos e conhecimento técnico para utilizar dados para causas feministas. No entanto, quando se trata de conversas sobre dataficação e revolução digital, muitas vezes são instrumentalizadas

*Dataveillance é definido como uma forma de vigilância contínua de pessoas ou grupos através do uso de sistemas de dados pessoais, a fim de regular, governar ou prever seu comportamento*

**Degli Esposti**

2014, p. 217

como um grupo-alvo vulnerável, em vez de um grupo de “stakeholder” com uma opinião crucial no tipo de acesso à internet que garante direitos em vez de restringi-los (Feministinternet.org, n.d.). Além disso, a mudança para os dados digitais inaugurou uma era em que a ênfase na análise computacional e em machine learning como meios centrais (e qualitativamente superiores)

de entender o mundo social molda como as pessoas se relacionam com a informação e o conhecimento (Milão & Velden, 2016, p. 58). Como resultado, uma fonte alternativa de dados que as feministas africanas usam em seu trabalho, como contas pessoais e sistemas de conhecimento indígena, são vistas como inferiores.

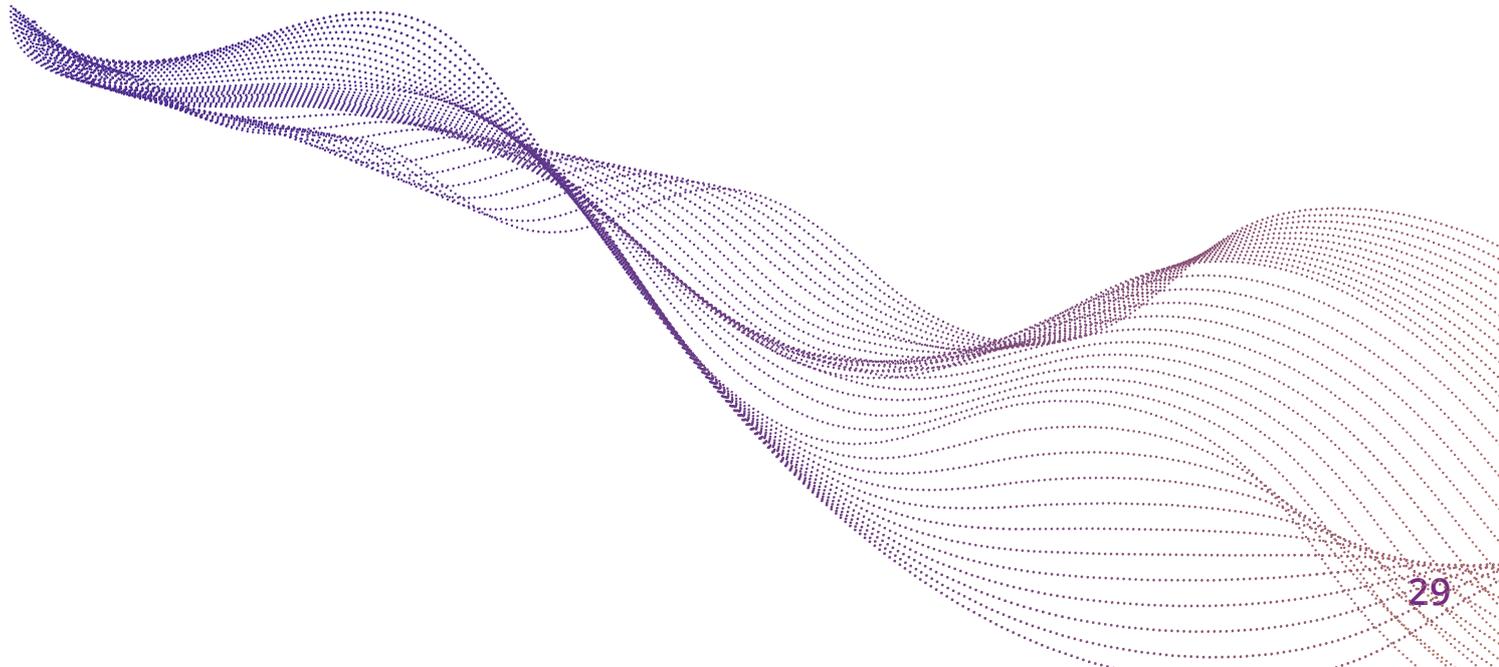
Felizmente, o feminismo de dados oferece uma estrutura para as mulheres africanas imaginarem e construir futuros de dados Afrofeministas. O feminismo de dados insiste que o conhecimento mais completo vem da síntese de múltiplas perspectivas, com prioridade dada às formas locais, indígenas e experienciais do saber (D'Ignazio & F. Klein, 2020, p. 205395172094254). As mulheres africanas são especialistas em suas vidas e experiências com dados e dataficação em seu contexto e precisam ser trazidas a bordo para vislumbrar alternativas à ordem e totalidade



algorítmica (Tamale, 2020). A África está na ponta das margens geopolíticas, o que significa que sua visão de mundo não é como nenhuma outra; grupos marginalizados dentro da África, como as mulheres, têm uma visão de mundo ainda mais única (Tamale, 2020). Portanto, na construção de alianças com internautas angustiadas em todo o mundo, as mulheres africanas deveriam fornecer insights úteis sobre a paisagem afetada.

Um futuro de dados Afrofeminista seria aquele em que as mulheres africanas têm direito à privacidade e controle total sobre dados pessoais e informações on-line em todos os níveis - uma forma de justiça de dados. As mulheres africanas, assim como ativistas grassroots de dados, entendem a necessidade de engajamento com dados, mas resistem à enorme coleta de dados feita por indivíduos, atores não estatais, corporações e Estados (Milão & Velden, 2016, p. 58). Também reconhecem o “paradoxo da exposição” — que a dataficação carrega consigo seus próprios riscos e potencial de dano devido à maior visibilidade que a coleta de dados sobre essas populações pode trazê-las (D’Ignazio & F. Klein, 2020, p. 205395172094254). Historicamente, a vigilância tem sido empregue como ferramenta patriarcal usada para controlar e restringir o corpo, a fala e o ativismo das mulheres (FeministInternet.org, n.d.). As mulheres africanas e as pessoas que se identificam como LGBTQIA+ são especialmente vulneráveis a violações de privacidade, uma vez que devem resistir às práticas culturais e familiares de vigilância também.

Por fim, as mulheres africanas devem ser incluídas no traçar de caminhos para um futuro de dados feminista, pois tradicionalmente, elas são as mais marginalizadas neste campo (Tamale, 2020). Elas também têm que ser empoderadas com ferramentas legais e técnicas eficazes e uma linguagem clara para falar sobre direitos de dados (Instituto Ada Lovelace, 2020).



# OBJETIVOS

Por meio de uma abordagem de métodos mistos que centraliza movimentos feministas, esta pesquisa buscou determinar a extensão do uso de dados, as oportunidades e os desafios de trabalhar com dados, com foco em dados não comerciais de rede social. Também apresentamos recomendações para que as empresas de rede social contribuam melhor com os ecossistemas de dados no contexto africano

# METODOLOGIA

Este estudo utilizou quatro abordagens-chave que combinaram dados secundários e primários. A abordagem combinada permitiu a compreensão dos movimentos feministas existentes e suas práticas. Além disso, baseia-se no quadro do feminismo de dados de abraçar o pluralismo - que utiliza múltiplas perspectivas e foca mais naquelas com conhecimento local e experiencial (D'Ignazio & F. Klein, 2020).

## **Mapeamento dos Movimentos Feministas**

Através das redes de relacionamento de investigadores desta pesquisa e com o apoio do Conselho Consultivo, foram mapeados movimentos feministas em todo o continente. Mais informações sobre este exercício são apresentadas nas seguintes seções.

## **Análise documental**

Para melhor compreender e reconhecer os esforços de investigação anteriores e existentes sobre a intersecção do feminismo com os ecossistemas de dados, foram analisados textos literários e acadêmicos de teoria crítica sobre feminismo, decolonialidade, estudos científicos e tecnológicos.

## **Entrevistas com Principais Stakeholders (EPSs)**

Entrevistas com 20 stakeholders-chave de todo o continente foram conduzidas em inglês, francês e português para compreender as atuais brechas, desafios, sucessos e exigências de diferentes grupos de organizadoras feministas.

## **Discussões Direcionadas em Grupo (DDGs)**

Usando os dados das entrevistas de stakeholders-chave, quatro DDGs virtuais foram convocadas para imaginar o futuro da coleta e compartilhamento de dados que poderiam funcionar para um amplo espectro de movimentos

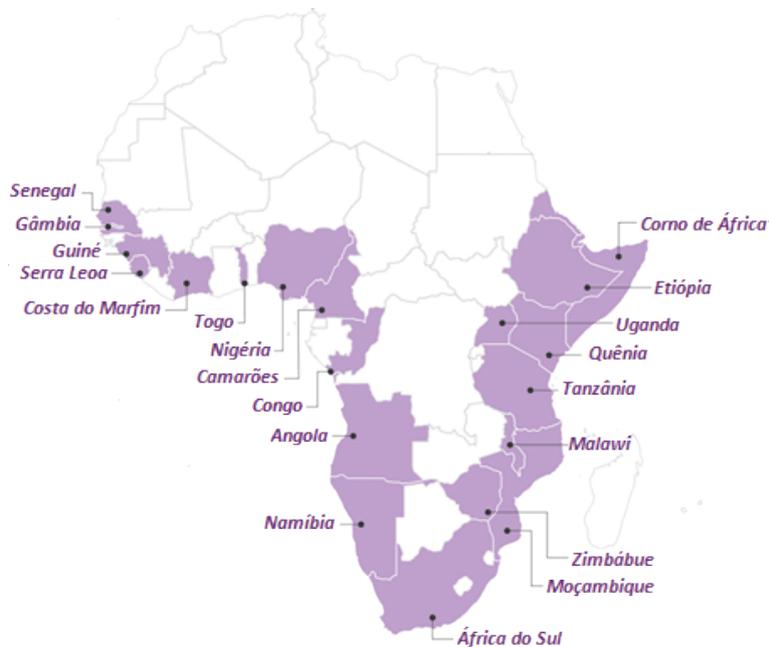
feministas. Duas discussões direcionadas em grupo (DDGs) foram realizadas em inglês, uma em francês e uma em português. Dois DDGs foram conduzidos em inglês para abranger indivíduos que trabalham em inglês quanto noutras línguas locais, particularmente na África Ocidental, e na África Oriental/Austral.

A abordagem qualitativa leva em conta métodos participativos, com um enfoque chave nas discussões direcionadas em grupo (DDGs) para os participantes se relacionarem, partilharem histórias e poderem discutir abertamente questões do projeto. Todos estes métodos utilizados foram orientados pela ética e por uma abordagem de redução de danos (“Do No Harm”), focando na linguagem centrada nas pessoas e priorizando à acessibilidade para respondentes.

**Nº de EAs: 20**

**Nº de DDGs: 4**

**Nº de países: 20**



## **Métodos de Coleta de Dados**

Foram criadas duas ferramentas de coleta de dados, com a adição de um termo de consentimento para uso nos EPSs e DDGs. O questionário detalhado da entrevista abordou questões temáticas sobre acesso e uso de dados, tipos de dados utilizados para organizações feministas e preocupação com privacidade relacionada ao uso de dados. Cada pergunta era acompanhada de perguntas de sondagem potencial para investigar mais sobre temas específicos à medida que surgiam, dando peso ao pensamento de respondentes e à orientação das suas respostas. As questões de DDG abordaram temas de dissuasão de política para uma utilização eficaz dos dados, contribuições potenciais de empresas de tecnologia e o impacto do design de plataforma/interfaces de usuário em uma cultura de uso de dados entre organizações feministas. O formato dos DDGs possibilitou respostas colaborativas com mais oportunidades de sondagem tanto por investigadores quanto por respondentes.

## **Gestão e Análise de Dados**

As entrevistas transcritas e os arquivos de áudio foram mantidos num local digital seguro e limpos após transcrição e upload.

## **Conselho Consultivo**

Em homenagem ao trabalho dos movimentos feministas que têm se organizado, ocupado espaço e feito progressos em todo o continente para combater o patriarcado e promover a equidade de gênero; a nossa equipe de investigadores formou um Conselho Consultivo de cinco organizações feministas. O Conselho Consultivo prestou assessoria oportuna sobre a idealização do projeto de pesquisa, desde o início até à sua conclusão. A equipe de investigadores tomou estas medidas para reconhecer a experiência destas militantes e organizações em diferentes esferas dos direitos das mulheres. Essas organizações também forneceram orientações sobre principais stakeholders para obter entrevistas aprofundadas (EAs) e discussões direcionadas em grupo (DDGs), e foram fundamentais para obter a adesão de diferentes regiões do continente.

### ***Membros do Conselho Consultivo***

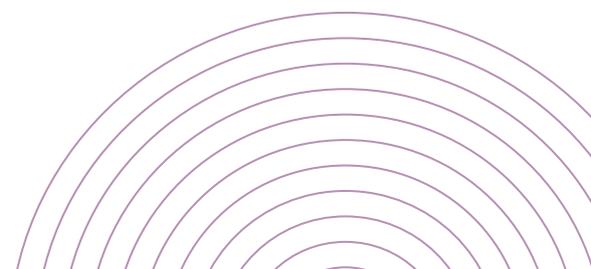
Aji Sainey - Equals2020

Anwulika Ngozi Okonjo -Through the Eyes of African Women

Eunice Musiime - Akina Mama wa Afrika

Tiffany Mugo - HOLAA!

Nashilongo Gervasius - NamTshuwe



# A JORNADA FEMINISTA

## Mapeando Movimentos Feministas na África Subsaariana

Usando uma combinação das redes de relacionamento de investigadores desta pesquisa, do conselho consultivo e das pesquisas on-line, mais de 120 organizações feministas foram identificadas na África Subsaariana. Esta lista não é abrangente e não inclui todas as organizações feministas. As investigantes pretendem tornar essa lista publicamente disponível e atualizá-la regularmente.

### **Tipos de Organizadoras**

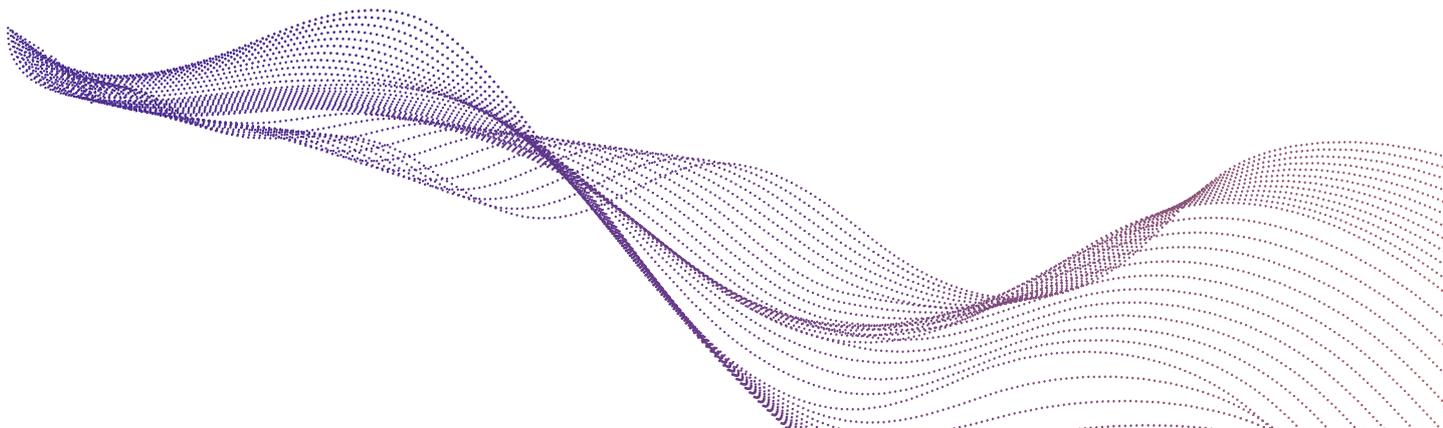
Para alcançar uma ampla gama de organizadoras feministas, quatro grupos principais de organizadoras foram selecionados:

1. Ativistas individuais
2. Movimentos ou coletivos grassroots
3. Organizações da sociedade civil de pequeno a médio porte (>5 e <20 colaboradoras)
4. Organizações regionais/de larga escala (>20 colaboradoras).

## Principais Setores para Organização Feminista

Além disso, foram identificados seis setores-chave:

1. Sexualidade e Saúde Sexual/Reprodutiva
2. Direitos socioeconômicos centrados particularmente na empregabilidade, na subsistência, nos cuidados não remunerado e no trabalho
3. Educação, com ênfase na canalização de mulheres em ramos Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática
4. Direitos Cívicos e Políticos – participação política e Representatividade das Mulheres
5. Direitos Culturais – Defesa contra as Normas e Cultura Tradicionais, e.g., direitos pela terra, Mutilação Genital Feminina
6. Questões ambientais



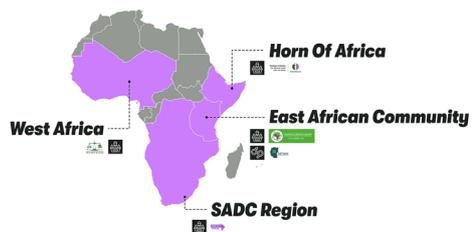
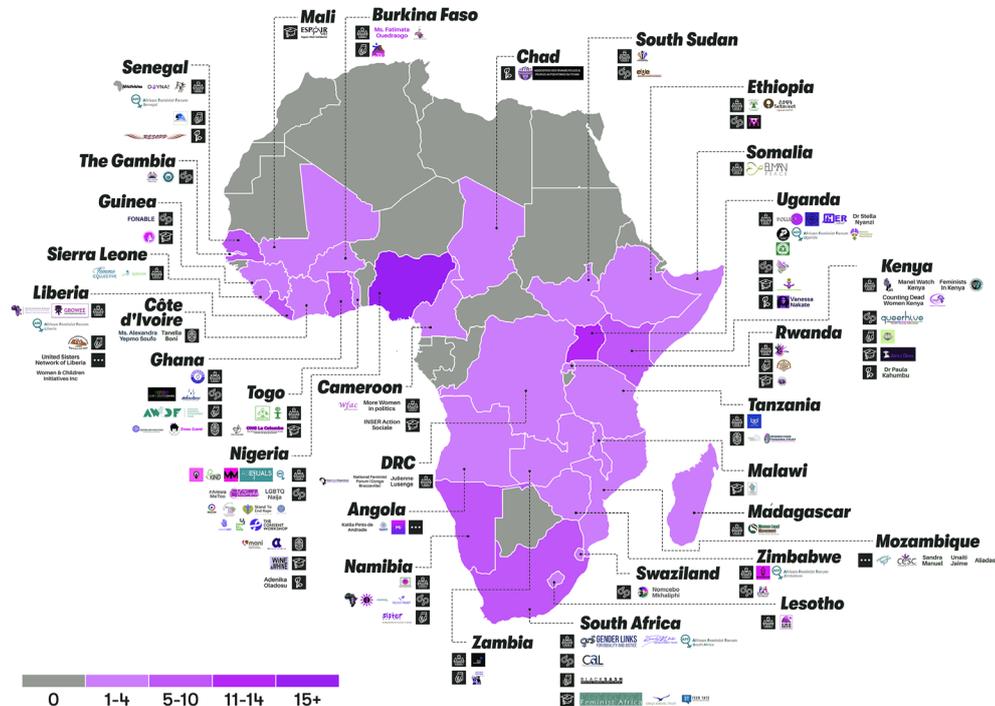
# Movimentos Feministas na África

# 140+

MOVIMENTOS FEMINISTAS

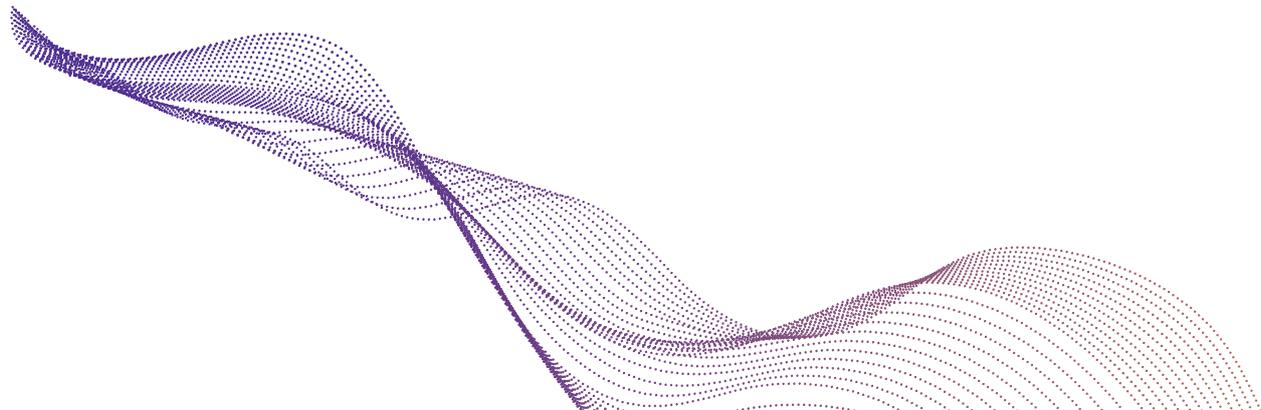
## Setores

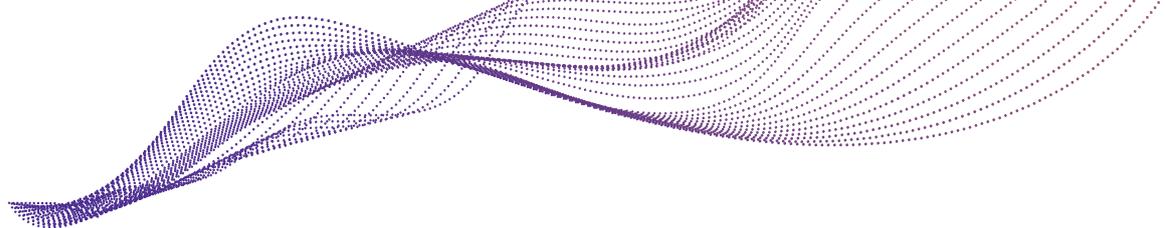
- Direitos Cívicos & Políticos**
- Sexualidade e & Saúde Reprodutiva**
- Direitos Socioeconômicos**
- Educação**
- Direitos Culturais**
- Direitos Ambientais**
- Outros Setores**



# O QUE SÃO DADOS?

Dados são entendidos de forma ampla como pedaços de informação. Neste projeto de pesquisa, definimos dados como distintos pedaços de informação, armazenadas como valores de variáveis quantitativas e qualitativas, que podem ser legíveis por máquina, por humanos ou por ambos. Seguidamente, ainda distinguimos em dados discriminados por sexo, dados de gênero e dados feministas. Essas distinções auxiliam a enquadrar as variâncias nos dados existentes e como a coleta e o processamento podem ou não favorecer o trabalho de movimentos feministas em prol da transformação social e a justiça como parte do pensamento de futuros Afrofeministas.





Dados	Para este projeto, definimos dados como distintos pedaços de informação, armazenadas como valores de variáveis quantitativas e qualitativas, que podem ser legíveis por máquina, por humanos ou por ambos. Para efeitos do projeto, os dados não são pacotes fornecidos por provedores de serviços internet
Dados discriminados por sexo	Dados discriminados por sexo são dados coletados e apresentados separadamente em homens e mulheres para informar a análise de gênero, ou seja, perguntando quem está por trás dos dados. No entanto, o sexo refere-se apenas às diferenças biológicas entre homens e mulheres, enquanto o gênero abrange o continuum de atitudes e expectativas psicossociais, especialmente relacionados à autopercepção ou identidade. Cada cultura tem normas ou regras diferentes sobre como uma pessoa deve se comportar com base em seu gênero, moldadas tanto pelo que uma comunidade dita e sua concepção pessoal de si mesmo, expressa através de roupas, aparências físicas e comportamento. Por tanto, os termos macho e fêmea e homem e mulher, não são intercambiáveis

Dados de género	Os dados de género levam os dados discriminados por sexo um passo à frente, ao considerar os estereótipos e os fatores socioculturais que introduzem preconceitos de género nos dados. Dados de género exigem que pesquisadores compreendam com clareza como parcialidades estão incorporadas no delineamento dos estudos, metodologias de amostragem, coleta de dados e nos dados brutos em si
Dados feministas	Dados feministas fazem uso da práxis feminista como uma lente para coletar e analisar dados de género. As metodologias de pesquisa feminista centram-se na identificação, exposição e contestação das causas fundamentais da desigualdade e da discriminação, evidentes nas relações de poder desequilibradas. Estas metodologias abraçam a interseccionalidade, dão valor aos participantes como coprodutores do conhecimento e especialistas nos seus próprios domínios, e trazem para o primeiro plano o trabalho e as vozes das mulheres e dos grupos tradicionalmente marginalizados.



Nas nossas entrevistas, os dados foram predominantemente considerados como informação estatística, ou seja, dados quantitativos. Trata-se de dados obtidos principalmente a partir de fontes de dados secundários e, portanto, baseiam-se em dados recolhidos para outros fins. Os dados secundários são especialmente valiosos para os movimentos feministas quando são discriminados por sexo e podem depois ser utilizados no trabalho de ativismo. No entanto, como os nossos participantes indicaram, a parte importante é assegurar que os dados discriminados estejam efetivamente disponíveis. Algumas das organizações feministas que fizeram a coleta de dados primários recolheram dados experimentais qualitativos. Estes dados podem ser definidos como dados de género, uma vez que o foco da investigação tem sido especificamente o de compreender os desafios de género. No entanto, os dados qualitativos são alvo de críticas, uma vez que não podem ser generalizados e não fornecem estatísticas de fácil compreensão que legisladores possam preferir.

Para alguns respondentes nas entrevistas, os dados não se limitaram a informações estatísticas, mas serviram como fonte de legitimação e aceitação das suas experiências vividas. Apesar das políticas repressivas dentro dos países onde vivem, os dados sobre as suas vivências tornaram-nos visíveis numa sociedade que historicamente os tem ignorado ou maltratado.



Respondente  
da entrevista

“ Mas para nós, como movimento trans, acreditamos que para que a nossa existência seja enumerada ou contabilizada ou seja aceita na sociedade, precisamos destes dados

# O Papel das Plataformas de Rede Social para a Organização

As redes sociais tornaram-se parte essencial da organização de movimentos feministas em todo o continente. Todos os movimentos com os qual falamos como parte desta pesquisa fazem uso das redes sociais em seu trabalho. Elas tornaram-se um espaço de organização, sendo particularmente crucial em regimes opressivos onde o direito de se reunir é dificultado.

*Em um país como Angola, onde nos reunirmos para discutir certas questões sociais e políticas, muitas vezes não é um ato bem visto pelas autoridades, as redes sociais permitem-nos não só reunir, mas também ter acesso ao nosso público-alvo*

**Respondente  
da Entrevista**

As redes sociais agora são um lugar de aprendizado e troca. Mulheres que antes não tinham acesso ou exposição ao pensamento feminista agora são capazes de aprender umas com as outras e questionar normas patriarcais.

**Respondente  
da Entrevista**

*Atualmente, tem sido vantajoso porque, para mim, pelo menos, comecei a ter mais compreensão do feminismo e de como são as perspectivas feministas, através da Internet*

E mais importante, as redes sociais servem como um espaço para a sororidade, apesar de barreiras geográficas, de classe, patriarcais, entre outras.

*Uma das vantagens é também a possibilidade de conhecer mulheres feministas. Quando estamos fora das redes sociais, podemos imaginar que somos poucas ou somos as únicas, mas com as redes sociais, é possível conhecer outras e estabelecer interações e fazer cruzamento de informações*

**Respondente  
da Entrevista**

## Como movimentos feministas estão utilizando dados atualmente?

### Tipos de Dados Coletados

1 *Taxas de incidência e prevalência*

2 *Prestação de serviços e internamento clínico*

3 *Métricas e alcances das redes sociais*

4 *Conhecimento, percepções e comportamentos*

## Tipos de Ferramentas Usadas

1. Produtos Facebook (Facebook, WhatsApp, Instagram)
2. Produtos Microsoft Suite (Excel, Word)
3. Produtos Google (Forms, Sheets, Hangouts)
4. Plataformas de análise de dados (SPSS, STATA, NVIVO)
5. Plataformas de produtividade (Slack, Trello, Notion, Airtable)
6. Plataformas de coleta de dados (SurveyMonkey, ODK, KoboToolbox, SurveyCTO)
7. Outras plataformas de comunicação (Twitter, Zoom, Telegram, YouTube)

## Propósito para Coleta de Dados

- 1 *Ativismo e conscientização*
- 2 *Influência política*
- 3 *Programação e Medição de Impacto*
- 4 *Angariação de fundos e avaliação de necessidades*

# DESAFIOS NO USO DE DADOS

Por meio de nossas entrevistas, discussões em grupo e experiências pessoais, foram identificados dez grandes desafios à plena utilização de dados pelos movimentos feministas na África. Estes desafios representam os impedimentos imediatos na conceptualização, coleta, análise e propagação de dados.

Conectividade

Alfabetização de Dados

Recursos

"Gatekeeping"

Pauta dos Doadores

Carência de Dados

Políticas Desatualizadas

Despriorização

Atraso

Verificação

Desafios enfrentados pelos  
**Movimentos Feministas**

# 1. Alfabetização de Dados

Um grande desafio entre os movimentos que entrevistamos na utilização eficaz dos dados para o avanço das causas feministas é a falta de competências técnicas no desenvolvimento de ferramentas de pesquisa, coleta de dados e análise de dados. Embora alguns movimentos sejam capazes de coletar dados, utilizando métodos escritos ou através de dispositivos móveis, eles podem não ser capazes de passar aos próximos passos de limpeza, organização, análise e visualização.

## Respondente da Entrevista



*Sim, coletamos nossos próprios dados, mas são dados brutos e não conseguimos processá-los propriamente porque não temos nenhuma experiência em pesquisa dentro da organização*

Adicionalmente, as ferramentas digitais para coleta e análise de dados estão, frequentemente, disponíveis apenas em inglês e outros idiomas ocidentais. Além disso, os conjuntos de dados secundários, quando disponíveis abertamente, seja de instituições internacionais ou de entidades nacionais, estão em línguas ocidentais dominantes e não são traduzidos para línguas locais.

---

## Respondente da Entrevista



*Quando você se depara com dados da Organização Mundial da Saúde ou da ONU Mulheres na Tanzânia, nunca é em suaíli. Todos eles postam dados em inglês, mas nunca é traduzido para suaíli. Essa informação pode ser útil para muitas tanzanianas, mas elas não falam inglês*

Nossa pesquisa também mostrou que, entre as regiões da África, participantes da entrevista de países africanos anglófonos tinham mais preparo em termos de alfabetização de dados e o conhecimento dos desafios e implicações que os dados digitais representam para o seu trabalho e movimentos em comparação com os seus homólogos nos países francófonos e lusófonos.

## 2. Conectividade e Acesso

De acordo com o último relatório da GSMA, em 2019, a disparidade digital de gênero no uso da internet móvel para a África Subsaariana foi de 37% (GSMA, 2020). Esses números variam de uma disparidade digital de gênero tão baixa quanto 13% na África do Sul até 48% em Uganda. Muitas mulheres permanecem desconectadas da internet devido aos altos custos dos pacotes de internet, altos custos de dispositivos, falta de serviço em suas comunidades, falta de

alfabetização digital, medo da violência on-line e devido às normas patriarcais que proíbem as mulheres de possuir celulares.

— “  
**Respondente  
da Entrevista**

*Há dificuldade em usar a internet. Pouquíssimas pessoas ainda têm acesso à internet. Parece que não, mas o acesso à internet é um pouco burguês. Então, de certa forma, somos privilegiadas por poder estar aqui em uma plataforma on-line*

Os movimentos feministas com os quais falamos entendem que, para alcançar as mulheres, abordagens não digitais devem ser incorporadas em seu trabalho. Sem levar em conta essas diferenças na posse de celular e no acesso à internet e apenas confiando no engajamento digital, os movimentos feministas na África seriam excludentes. Além disso, todos os dados provenientes de plataformas digitais seriam tendenciosos e não corresponderiam com a verdadeira realidade da situação.

— “  
**Respondente  
da Entrevista**

*Penso que a divisão reside nas comunidades rurais, que são intocadas, não pesquisadas, que não têm acesso a telecomunicações como a WhatsApp, Facebook*

### 3. Falta de Políticas de Capacitação

Muitas políticas, especialmente as de gênero, no continente não têm conseguido acompanhar a constante mudança dos tempos e um ecossistema digital em rápido avanço. Isto é especialmente evidente quando se trata de casos de violência on-line, desinformação de gênero e discurso de ódio, e como estas problemáticas afetam as mulheres de forma desproporcional. Além disso, leis morais arcaicas, e leis mais recentes sobre o uso indevido de computadores, têm punido desproporcionalmente as mulheres por incidentes on-line.

*Temos uma política de gênero que foi desenvolvida há dez anos. Ela expirará este ano e ainda não houve uma revisão dessa política para mostrar o quanto alcançamos ou o quanto precisamos fazer para que possamos iniciar outra meta para outra política e essas são as metas que estamos tentando alcançar nos próximos cinco ou dez anos, mas isso ainda não foi feito*

**Respondente  
da Entrevista**

Além disso, há necessidade de uma política que apoie o desenvolvimento de provas a fim de assegurar o acesso a dados localmente relevantes. Esta é uma preocupação especialmente para as feministas em países africanos não

anglófonos, que lutam para obter dados e conteúdos apropriados para os seus movimentos.

*Procuramos no Google qualquer assunto e encontramos sempre sites brasileiros. Encontramos muito poucos recursos. É raro encontrarmos algo sobre a Angola. Isto não é apenas sobre a questão do género, mas é uma coisa comum aqui na Angola. Não há qualquer interesse. Não há políticas que encorajem a pesquisa. Esta é a questão*

**Respondente  
da Entrevista**

## 4. Falta de dados discriminados por género

Os dados, quando disponíveis, não são discriminados por género. De acordo com relatório da Open Data Watch (Data 2x, 2019 b), o setor de saúde tende a ter maior proporção de dados discriminados por sexo, em comparação com indicadores ambientais que possuem o mínimo. No entanto, as mulheres são frequentemente as que mais sofrem os impactos negativos das mudanças climáticas.

## **Respondente da Entrevista**

*Em nosso trabalho de ativismo, regularmente encontramos oposição às nossas informações, porque não temos evidências baseadas em dados. Queremos ter acesso a dados discriminados sobre o impacto de políticas sociais em mulheres e homens*

Semelhante à falta de capacitação por parte dos governos, as empresas do setor privado não priorizam o uso de dados discriminados por gênero. Isso é evidenciado pelas empresas de rede móvel, que são uma das entidades proeminentes que acumulam grandes volumes de dados em toda a África.

*Sabemos, por exemplo, que muitas empresas de telecomunicações exigem que as pessoas se registrem para obter um chip. No formulário de registo, você tem que indicar se você é um homem ou uma mulher. Quando você pede a eles dados discriminados por gênero, que têm acesso às infraestruturas de telecomunicações, eles dizem que não têm esses dados. Eles têm. É que ou não está numa planilha de Excel, ou não está codificado da forma correta ou é que simplesmente não estão interessados*

## **Participante do Grupo Foco**

## 5. Desfasamento temporal entre levantamentos nacionais em grande escala

A disponibilidade de dados em tempo útil é um desafio que foi mencionado por várias respondentes. Pesquisas representativas em larga escala são realizadas a cada 4-5 anos, muitas vezes financiadas por entidades e doadores internacionais.

### **Respondente da Entrevista**

*Os dados relevantes para o nosso trabalho não estão disponíveis. Confiamos no Levantamento de Indicadores Múltiplos (Multiple Indicator Cluster Survey). Este é realizado periodicamente pela UNICEF em conjunto com a agência de estatística para medir o progresso em prol dos ODS. São feitos periodicamente, creio que de 4 em 4 anos, portanto só é preciso esperar 4 anos. Depois, temos os Levantamentos Demográficos de Saúde que acontecem de 5 em 5 anos. Não temos levantamentos trimestrais. Esperamos por aqueles levantamentos financiados pelos doadores. O nosso governo não está em posição de ter quaisquer levantamentos periódicos nacionais, por isso também esperam*

*“Esses dados podem  
estar disponíveis, mas  
não estão acessíveis  
para nós”*



## 6. “Gatekeeping”

O acesso aos dados de gatekeepers é um desafio contínuo para os movimentos feministas. Gatekeepers podem incluir organizações da sociedade civil, entidades governamentais ou instituições internacionais. Pesquisadores têm de lidar com uma extensa burocracia para ter acesso a dados de órgãos governamentais. Devido aos ecossistemas concorrentes criados por doadores, as organizações da sociedade civil muitas vezes retêm dados umas das outras. Da mesma forma, as empresas do setor privado retêm seus dados com base em seus investimentos iniciais feitos para obtê-los, ou vendem os dados a custos exorbitantes, que só outras grandes instituições do setor privado conseguem pagar.

— “  
**Respondente  
da Entrevista**

*Esses dados podem até estar disponíveis, mas não são acessíveis para nós. É possível que o governo colete algumas dessas informações. Não é acessível e quando você tenta entrar em contato com organizações governamentais específicas para receber dados, requer uma longa jornada de processos burocráticos. Assim, percebemos que a coleta de dados por nossa conta é muito mais rápida do que pedir ao governo*

Valeressaltartambémogatekeepingnoacessoàinformaçãoeengajamento em espaços de conhecimento. Há altos custos de acesso a publicações, como revistas acadêmicas. Algumas Universidades espalhadas pelo continente africano e instituições de pesquisa não podem pagar as elevadas tarifas associadas a estas revistas, ainda que muitas vezes os dados tenham sido obtidos na África, com o apoio de pesquisadores africanos. Esta é uma forma de violência epistêmica que deve ser mais explorada. Analogamente, antes do COVID-19, muitos espaços acadêmicos também estavam fora dos limites para pesquisadores africanos que não podiam obter vistos para países ocidentais ou pagar as caras passagens aéreas. Agora, com quase todas as atividades migrando para espaços on-line, é possível que estes pesquisadores possam finalmente entrar nestes espaços anteriormente inacessíveis.

---

**Respondente  
da Entrevista**



*No mundo acadêmico, temos de fazer publicações. É uma competição para publicar. Como podemos publicar sem acesso a fontes de informação, incluindo livros, ou se não temos dinheiro para os comprar? Tenho por vezes utilizado websites ilegais para baixar dados de que precisava. Utilizamos frequentemente websites russos. Eles são os nossos Robin Hood. Eles permitem a distribuição de material que caso contrário se mantém inacessível em qualquer outro lugar. Mas alguns destes sites estão agora a ser banidos ou bloqueados como parte da luta contra a pirataria. Creio que os dados académicos deveriam ser tornados públicos e acessíveis a todos*

## 7. Recursos

Coletar, analisar e disseminar dados é um processo trabalhoso e de utilização intensiva de recursos, especialmente para as organizações grassroots. Muitas vezes é difícil receber financiamento com o único propósito de realizar pesquisas. Para muitos movimentos feministas, os recursos que seriam destinados à pesquisa seriam melhor gastos na prestação de serviços vitais para as mulheres com quem trabalham, tais como cuidados de saúde, abrigo ou apoio psicológico.

*Quando pensamos no impacto nas nossas organizações feministas, vemos que ele drena os nossos recursos que poderiam ser gastos noutras áreas importantes. Porque, estas são questões pelas quais o governo deveria ser responsável, e não as organizações feministas, quando se trata de dados*

**Respondente  
da Entrevista**

Por conseguinte, como mencionado anteriormente, pode ser bastante oneroso contratar cientistas de dados para ajudar os movimentos feministas com a análise de dados. Há também uma escassez de cientistas de dados em todo o continente, e mais ainda, de cientistas de dados feministas.

## 8. Despriorização de causas feministas

Socialmente, cultural e economicamente, a coleta de dados relacionados com as temáticas das mulheres não é frequentemente considerada uma prioridade. O apoio e interesse do governo na coleta de dados representativos sobre causas feministas continua a ser baixo em toda a África.

——— “  
**Respondente  
da Entrevista**

*Por exemplo, sobre o impacto da COVID-19 nas mulheres, não há qualquer informação disponível. Pode até haver alguma informação no gabinete de um membro do governo, mas esta não está digitalizada. Não está disponível on-line*

——— “  
**Respondente  
da Entrevista**

*De acordo com uma das pessoas inquiridas, os governos podem alocar fundos para pesquisas em setores associados a atividades masculinas ou diretamente relacionadas com o crescimento econômico, tais como agricultura, atividades comerciais ou infraestruturas. “Socialmente, isto pode não ser encarado como uma prioridade, especialmente quando se está a defini-lo como feminismo em oposição ao empoderamento das mulheres*

Ademais, muitos financiadores, entidades não governamentais e stakeholders tendem a se concentrar em impactos de curto prazo e projetos que proporcionam resultados mensuráveis. Contudo, essas iniciativas têm um efeito adverso na construção do movimento feminista que busca trazer mudanças sistêmicas que podem impactar a vida das mulheres a longo prazo (Girard, 2019).

## 9. Verificação e reprodutibilidade das fontes de dados disponíveis

Devido aos desafios relacionados à disponibilidade e acessibilidade de dados, a verificação dos dados fornecidos tanto por governos quanto por entidades internacionais é um desafio. Nos casos em que os governos produzem estatísticas referentes a causas feministas, por exemplo, baixos níveis de violência de gênero ou assédio no local de trabalho, eles não disponibilizam as metodologias produzidas ou banco de dados dos quais retiram essas estatísticas. Isso reduz a confiabilidade e credibilidade dos dados produzidos.

## Respondente da Entrevista

*Esta questão foi destacada após a realização de revisões bibliográficas de dados existentes e disponíveis, onde foi encontrada uma falta de rigor na metodologia de investigação. “Descobrimos que muitos destes estudos não eram consistentes. Estes estudos não tiveram resultados significativos, não aplicaram métodos apropriados para a população alvo ou para os fins específicos do estudo. Portanto, foi difícil encontrar quaisquer provas empíricas que apoiassem a teoria de que a agressão sexual era um problema no local de trabalho e também é um problema que precisa de ser resolvido*

Ademais, movimentos feministas que utilizam dados de fontes de redes sociais também tiveram dificuldades em verificar a veracidade das informações obtidas.

## 10. Pautas dos doadores

Uma das questões centrais discutidas durante as entrevistas foi a da “ONG-ização” dos movimentos feministas. Para receberem financiamento, muitos movimentos grassroots têm de se registrar formalmente e adquirir

escritórios e recursos. Isso atrasa-os com formalidades administrativas e retira-lhes, portanto, a energia que poderia impulsionar os seus movimentos. Assim iniciando um ciclo de terceirização de financiamento e atendimento às necessidades das pautas de doadores, que muitas vezes podem não estar alinhadas com a missão inicial do movimento. Existem diferenças fundamentais entre os ideais ocidentais do feminismo e os do feminismo africano. A capacidade de se manter fiel às causas torna-se cada vez mais difícil.

Um ponto interessante levantado, por exemplo, é a demanda por volumes de evidências por parte dos doadores. Dadas as dificuldades que os movimentos feministas enfrentam na coleta de dados primários, no acesso ou na verificação de dados secundários, na obtenção de recursos para analisar os dados e o backlash enfrentado contra os dados qualitativos, a elaboração destas provas pode ser difícil. Nos movimentos feministas, se mesmo uma mulher tem de lidar com um problema, então este torna-se um problema a ser resolvido por todas as mulheres.

## Respondente da Entrevista

*Se uma mulher morre por conta de um aborto inseguro, para uma feminista, isso já é um problema. Não estamos à espera de saber quantas mulheres, se isto já foi verificado, se existem provas para a sua sensibilização. O feminismo vem de um lado passional. Fatos e números não são muito afáveis nesse tipo de contexto. Mas, como o movimento tem saído à procura de recursos de doadores e como engajamos políticos a dizer, “Vamos fazer uma mudança em torno destas questões”, estamos constantemente a ser questionadas, ‘mas que provas têm vocês*

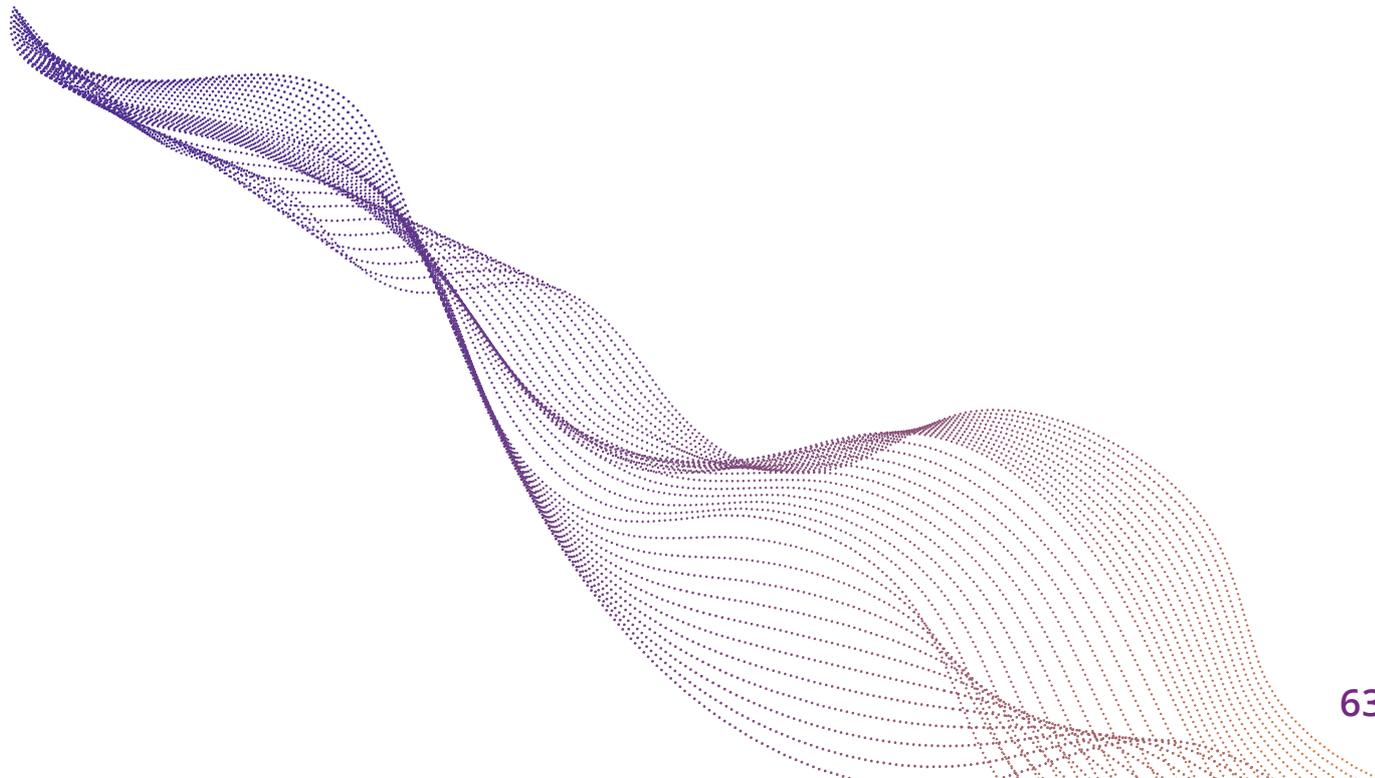
Além do mais, como mencionado anteriormente, entidades filantrópicas financiam grupos de mulheres de forma a minar todo o movimento, dando ênfase em resultados de curto prazo, sobrecarregando-os com trabalho administrativo, e promovendo a divisão e competição dentro do movimento através das estruturas de subsídios/financiamento, em vez de se concentrarem na construção de alianças (Girard, 2019). Apesar das boas intenções, estudos têm mostrado que o financiamento vinculado ao tempo e baseado em projetos tem fraturado movimentos grassroots e paralisou o progresso dos grupos feministas nos países em desenvolvimento. A longo prazo, esses grupos de mulheres tornam-se pouco atraentes para financiamento futuro devido a orçamentos e projetos restritivos que eventualmente podem não mostrar progresso a longo prazo, assim deslegitimando todo o movimento.

---

## Respondente da Entrevista



*Sinto que nós como movimento feminista, sabemos o que fazer. Mas o problema é que somos restritas pelo financiamento dos doadores. Na maioria dos casos, você escreve uma proposta para um doador sobre métodos de coleta de dados para o bem da comunidade trans, e o doador diz que não é sua prioridade*



*Eu realmente quero dar a isso um lugar na discussão de como nós, africanos, compartilhamos informações, o que também remete às nossas tradições.*



# PREOCUPAÇÕES COM USO DE DADOS

Além dos desafios que impedem o uso de dados, uma série de preocupações de importância crítica foram identificadas ao longo das entrevistas e discussões direcionadas em grupo. Essas preocupações não proíbem diretamente a coleta, análise, disseminação e uso de dados por movimentos feministas, mas representam as ansiedades na aplicação dos princípios feministas à pesquisa e questionam se verdadeira justiça social e transformação podem ser alcançadas sem levar essas questões em consideração.

## 1. Ética dos dados coletados de fontes secundárias

Para muitas das mulheres entrevistadas para esta pesquisa, a questão ética dos dados coletados, seja de órgãos nacionais, instituições internacionais ou plataformas de tecnologia, foi uma preocupação significativa. É importante considerar a metodologia da pesquisa e, com frequência, a falta de princípios feministas utilizados nos procedimentos de coleta de dados. Isto incluiria o consentimento contínuo, abordagem dos desequilíbrios de poder entre a pessoa

investigadora e pessoa investigada, valorização dos conhecimentos possuídos por participantes, compreensão da noção que o desenvolvimento inteligente de um indivíduo depende da sua participação num contexto sociocultural, etc.

Além disso, as discussões exploraram se instituições ou empresas fundamentadas em motivações geopolíticas ou lucrativas poderiam inerentemente produzir dados éticos e se os movimentos feministas deveriam se envolver com esse tipo de dados.

## **2. Manipulação e motivações políticas no âmbito dos dados acessíveis**

Como discutido anteriormente, a verificação e reprodutibilidade das fontes secundárias de dados continua a ser uma preocupação. Um número reduzido de pessoas entrevistadas também levantou preocupações e descreveram sentimentos de desconfiança em relação às fontes secundárias de dados. Estas pessoas entrevistadas explicaram que dados de fontes secundárias poderiam ser manipulados para refletir situações diferentes da realidade no local, por uma série de razões políticas, financeiras ou patriarcais. Por exemplo, as estatísticas nacionais poderiam inflar os seus sucessos ou deflacionar os seus fracassos para melhorar a imagem do partido político vigente. Em alguns casos,

os dados podem não ser alterados, mas os sistemas de informação podem ser manipulados. Por exemplo, a polícia pode relatar uma redução do número dos casos de agressão sexual. Todavia, podem simplesmente tornar a denúncia mais difícil para as mulheres, como por exemplo, não dispor de unidades de apoio às vítimas ou rejeitando as denúncias de violência doméstica por parte das mulheres e enviando-as de volta para as suas casas. Da mesma forma, os órgãos internacionais e parceiros de desenvolvimento podem manipular dados para promover as suas próprias pautas políticas nas regiões.

— “  
**Respondente  
da Entrevista**

*Se pegarmos num único exemplo de acesso à educação, os dados nacionais indicam um acesso maciço à educação, mas não há qualquer rastreio de abandono escolar e isto é complexo*

### 3. Re-traumatização dos inquiridos

No caso da coleta de certos tipos de dados, especialmente relacionados com experiências negativas, as pesquisadoras feministas expressaram preocupação acerca da “re-traumatização” de inquiridos. Uma das principais preocupações éticas de pesquisadores e comitês de ética é assegurar que o benefício derivado da investigação supere qualquer dano potencial para os participantes. À medida que as defesas do voluntário humano se reforçam com o tempo, a preocupação com potenciais danos na investigação sobre temas emocionalmente dolorosos tem-se tornado cada vez mais importante, especialmente no contexto da ausência de benefícios para os participantes. Estas preocupações incluem risco psicológico, ansiedade, problemas de confiança, vergonha, medo, frustração, inconveniência, mas, mais ainda, um sentimento de falta de apoio.

---

## Respondente da Entrevista

“ Por vezes, é difícil orientar-se, particularmente pela Internet, onde se situam os limites. Para mim, é importante onde de facto são necessários os dados para poder registar um determinado caso versus o bem-estar desta pessoa, e não quero que ela me recontre os detalhes de seus traumas. Portanto, há muitas negociações e nada é preto no branco, porque este trabalho é difícil em primeiro lugar. Há muitos limites éticos que temos de considerar, mesmo que o que estamos a fazer seja apenas recolher informação. Ainda é um trabalho traumático a fazer

## 4. Armazenamento seguro e privacidade de dados

Para muitos movimentos feministas, sejam eles ativistas, movimentos grassroots ou organizações da sociedade civil, a privacidade e proteção de dados foi uma preocupação significativa mencionada. Estas organizações frequentemente não possuem as competências técnicas necessárias para proteger com eficácia a suas informações organizacionais. Isto pode também ter consequências nos dados sensíveis recolhidos de seus membros ou beneficiários.

## Respondente da Entrevista

*Temos armários chaveados que usamos para guardar os documentos dos clientes e nestes guardamos os documentos que têm os nomes e dados de contato de cada participante*

Os movimentos feministas têm sido frequentemente alvo de violência, como mais recentemente evidenciado por um número desproporcional de Invasão Zoom durante reuniões feministas. Segundo uma respondente, as organizações que trabalham em questões de governança têm frequentemente verbas orçamentais para formação de auditorias ou treinamento em segurança digital, mas estas mesmas necessidades são frequentemente rejeitadas por financiadores que trabalham com movimentos feministas. Uma entrevistada explicou que têm os recursos para contratar uma empresa com capacidade técnica para apoiar as suas necessidades de privacidade digital, mas muitas vezes esta não é a realidade para suas parceiras, o que, por sua vez, compromete todo o movimento.

## Respondente da Entrevista



*Neste momento usamos muito o WhatsApp e o Facebook por causa da COVID-19. Sabemos que não são muito seguros, especialmente quando estamos a tratar de questões sensíveis como o controle do orçamento do Estado ou da dívida pública. Os nossos telefones estão sempre escutando e as redes sociais são monitoradas. Aliás, nestas plataformas, envolvemo-nos com parcerias que podem não ter o mesmo nível de segurança que os nossos*

## 5. Foco em dados quantitativos igualmente rigorosos

De acordo com as mulheres entrevistadas, as entidades externas atribuem maior valor e prioridade aos dados quantitativos em comparação com outras formas de estudo, tais como etnografias digitais, análise de discurso crítico e histórias orais ou storytelling. Dentro dos movimentos feministas e entre stakeholders tais como governo e financiadores, há necessidade de descolonizar a pesquisa e reconsiderar formas alternativas de dados, fundamentadas em valores feministas africanos.

### Respondente da Entrevista



*Creio que essa é uma forma muito africana de recolher dados que também precisamos expandir porque não se trata apenas de confiar em grandes fontes mainstream de informação, mas sim de regressar às nossas próprias formas africanas de juntar e expressar em uníssono. Quero realmente dar a isso um lugar na discussão sobre como nós, sendo da África, partilhamos informação, o que também remete para as nossas tradições*



## 6. “Shadowban” em plataformas digitais

“Shadowban” é o ato de bloquear o conteúdo de um usuário em sites de redes sociais de tal forma que o usuário não sabe que está a acontecer até ver o seu impacto na métrica da sua conta (Taylor, 2019). É frequentemente observado em páginas geridas por profissionais da indústria do sexo, pessoas queer, e qualquer pessoa cujo conteúdo seja considerado “inaceitável” sob políticas de plataformas ocultas.

Exemplos de shadowban no Instagram incluem tornar os hashtags de um usuário não localizáveis, restringir a visibilidade da conta apenas aos seguidores (em oposição à comunidade mais ampla do Instagram), impedir que a conta seja automaticamente preenchida na barra de pesquisa, ou filtrar os posts dos feeds dos seguidores (Middlebrook, 2020). Hashtags específicos são também alvos; o uso de hashtags que foram proibidos ou estão sinalizados como Not Safe For Work (Não Seguros para o Trabalho; NSFW), por exemplo, #lesbian está sinalizado como NSFW. Usar desses hashtags também pode fazer com que uma conta seja

sinalizada para shadowban (Taylor, 2019). Do ponto de vista de um administrador de contas, o shadowban pode não ser aparente, especialmente se não estiver ciente destas práticas da plataforma.

*Falamos de machismo, racismo, por vezes as pessoas são bloqueadas por causa disso, porque não olham para a nossa realidade. Nós, como africanas, sofremos isso na pele, por isso estão simplesmente bloqueando as pessoas da sua liberdade, porque estão numa rede social que não é feita para a realidade africana*

**Respondente  
da Entrevista**

No fundo, o shadowban cria um ambiente que dificulta a construção de comunidades em torno de causas feministas em plataformas de redes sociais, e mais ainda para as pessoas LGBTQIA+ e profissionais da indústria do sexo, e especialmente para as pessoas queer que trabalham na indústria do sexo. Por exemplo, recentemente, uma discussão virtual por parte de nossas parceiras sobre violência on-line foi sinalizada e impedida de ser transmitida ao vivo no YouTube. Posts que mencionam prazer feminino, violência sexual e até mesmo simplesmente conteúdo sobre corpos queer ou plus-size podem sofrer shadowban. A marginalização de comunidades on-line também continua na vida off-line. Por exemplo, quando os membros destas comunidades não conseguem ver informações sobre encontros da comunidade on-line, ficam impedidos de se relacionarem uns com os outros.

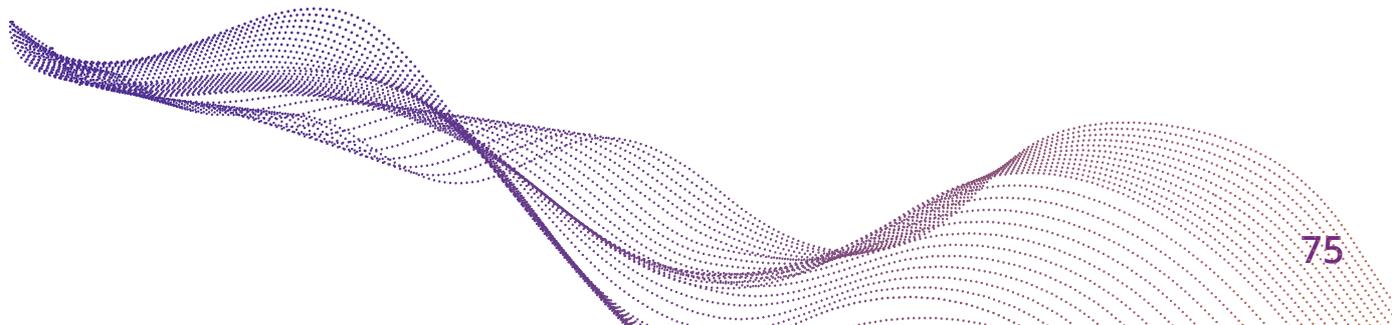
## 7. Consentimento de menores

Os sites de redes sociais incluem dados de crianças com idade inferior à idade de consentimento. Diferentes países têm uma “Idade Digital de Consentimento” diferente, que se refere à idade em que se pode inscrever num serviço on-line como as redes sociais sem o consentimento de um dos pais ou tutor. Esta idade pode variar entre os 13 e 18 anos, dependendo do país e da plataforma on-line. Dado que o consentimento é um importante princípio feminista, as entrevistadas expressaram preocupação ao lidar com o consentimento de menores em dados que seriam curados para utilização. Por exemplo, por um lado, as jovens necessitam de ter acesso a serviços vitais, tais como contraceptivos. Por outro lado, precisariam do consentimento de um tutor para o fazer. Contudo, a cultura dominante proibiria as jovens de se envolverem em atividades sexuais antes do casamento. Como tal, as organizações feministas e o corpo de investigação encontram-se numa situação em que têm de decidir a melhor forma de curar dados on-line sobre questões específicas que possam afetar os menores.

## 8. Confiança e barreiras culturais ou patriarcais

Os Movimentos feministas frequentemente têm de recolher dados que são sensíveis na sua natureza. Isto implica a construção de uma relação de confiança com cada participante. Quando os homens atuam como coletores de dados, isto pode muitas vezes distorcer os dados. Por exemplo, uma menina pode não querer revelar as suas experiências sexuais a um homem adulto.

Além disso, normas patriarcais e culturais podem ter impacto na qualidade dos dados. Em alguns casos, as mulheres necessitam do consentimento dos seus tutores ou parceiros masculinos para participar em estudos de investigação. Se o tema da investigação for considerado sensível na sua natureza, as mulheres podem ser impedidas de participar.



*Lembro-me que quando fizemos um projeto sobre a mutilação genital feminina, um dos aspetos que tínhamos de ter consciência em comunidades rurais era que, ao pedirmos às mulheres que viessem para uma discussão direcionada em grupo, elas tinham de obter autorização dos homens. Estas barreiras culturais são algumas das razões pelas quais pode ser difícil obter dados discriminados por género. É muito difícil chegar às mulheres quando se está realmente coletando dados e é por isso que, na maioria das vezes, não são significativos*

## Participante do Grupo Foco

Similarmente, esta confiança aplica-se às plataformas de rede social, e à construção de confiança entre os usuários e as plataformas de tecnologia.

### Respondente da Entrevista

“ *Já vi plataformas de redes sociais e o Google tentando fazer pesquisas, mas fico sempre cética. Nunca presto atenção. Sempre me limito a clicar em ‘ignorar’* ”

## 9. Tratamento das Mulheres de Cor por plataformas de tecnologia

Desde há vários anos, as mulheres de cor têm vindo a expressar o seu descontentamento e maus-tratos nas mãos das plataformas de tecnologia. Isto tem levado a que se questionem se estas mesmas plataformas podem servir como fonte de dados, uma vez que perpetuam sistemas de opressão que têm um impacto desproporcional nas mulheres negras e pardas.

### **Participante de Grupo Foco**

*Estou muito consciente das formas como estas empresas fazem parte dos sistemas de opressão, especialmente para as mulheres negras e pardas. Por conseguinte, não sei se lhes cabe coletar dados (para nós)*

## 10. Segurança das Mulheres em plataformas digitais

De acordo com a pesquisa conduzida pela Pollicy em cinco países da África Subsaariana, 28% das mulheres entrevistadas tinham experimentado alguma forma de violência de gênero on-line. Uma proporção significativa (29,2%) de respondentes não sabia a quem recorrer para obter informações sobre segurança e proteção on-line. Das que relataram ter sofrido esta violência, 14,5% apagaram ou desativaram as suas contas on-line, enquanto 12,3% deixaram de utilizar o serviço on-line por completo. As taxas de denúncia de criminosos a plataformas de tecnologia continuam baixas e as respostas a estas denúncias não têm sido encorajadoras. Esta é uma tendência preocupante, dado que estas formas de violência silenciam as mulheres nos espaços on-line e têm impacto na sua capacidade de ter acesso a serviços, participar nas discussões e contribuir para a base de conhecimentos no ecossistema digital. Além disso, provas crescentes de estudos mostram que a violência off-line e o assédio on-line estão intimamente interligadas.

*“Muitas vezes são os homens lá que falam sobre as mulheres e, muitas vezes, quando é dado espaço para as mulheres falarem, é apenas durante o mês de março ou para preencher uma agenda política.”*



95 758

# UM ROTEIRO PARA O FORTALECIMENTO DO ECOSISTEMA DE DADOS FEMINISTAS

Diversas recomendações foram sugeridas pelas ativistas e movimentos feministas com os quais o grupo de investigação interagiu. Estas recomendações foram agrupadas em potenciais ações a curto e longo prazo a serem tomadas por parte dos principais stakeholders no ecossistema de dados.

## CURTO PRAZO

### 1. Centros de dados independentes e interseccionais

Os desafios e preocupações dos movimentos feministas em torno da utilização eficaz dos dados incluem a manipulação política, a falta de uma abordagem baseada na ética nas metodologias de pesquisa, e problemas de

confiança e consentimento. Além disso, as causas feministas frequentemente não são consideradas como prioridades pelos órgãos governamentais.

Uma abordagem descentralizada da coleta de dados poderia solucionar estas preocupações. Os governos deveriam considerar a criação de uma série de centros de dados não partidários e independentes que sejam responsáveis para com os cidadãos, onde os dados sejam 1) abertos, 2) partilhados em formatos acessíveis, 3) verificáveis, e 4) replicáveis.

Também é importante considerar uma abordagem interseccional a estes centros de dados. Devemos assegurar que estes centros de dados questionem as dinâmicas de poder decorrentes do patriarcado, classismo, sexismo, racismo, capacitismo, etc. Isto pode ser feito através da participação inclusiva de mulheres no processo de desenvolvimento de centros de dados e levando em conta as dimensões do poder social que podem inibir o acesso de grupos marginalizados a estes centros.

Por exemplo, uma respondente partilhou como existe uma extrema escassez de informação, não apenas no âmbito das problemáticas das mulheres, mas ainda mais no das pessoas com deficiência.



## Respondente da Entrevista



*Quando se trata de uma mulher que tem uma deficiência, há uma particularidade diferente para as mulheres. Isto foi quando começámos a procurar algum material para que eu pudesse realmente compreender qual é a realidade das mulheres, aqui na Angola, para mulheres com deficiência. Não encontrei nenhum material. Não encontrei nada. Nem mesmo para as instituições que lidam com assuntos relacionados com pessoas com deficiência. Esta informação não é muito divulgada. Quase nenhuma pesquisa é feita. Não é produzido qualquer conteúdo*

## 2. Parcerias eficazes de intercâmbio de conhecimentos

Muitos movimentos feministas dedicam-se a temáticas semelhantes e prestam serviços semelhantes, dentro da mesma região ou dentro de outras regiões de um país, ou mesmo em todo o continente. Estes movimentos poderiam aprender uns com os outros, mas também contribuir com os seus dados para maiores bancos de dados feministas. Tal intercâmbio de conhecimentos beneficia outras organizações - especialmente movimentos grassroots sem recursos para conduzir a sua própria investigação. Os movimentos feministas podem auto governar-se para assegurar que os dados sejam recolhidos eticamente, com base em princípios feministas e dando prioridade às necessidades das mulheres.

## Respondente da Entrevista



*Vemos que muitas organizações feministas fazem a mesma coisa. Oferecemos serviços semelhantes. Utilizamos ferramentas semelhantes. Temos seminários virtuais semelhantes. Mas, nem sequer partilhamos informação entre nós. É uma desvantagem para ambas porque agora não somos capazes de reunir recursos e de nos certificarmos de que estamos a colmatar as brechas. O que estamos a fazer em vez disso é duplicar os nossos esforços, o que não é vantajoso para ninguém*

### 3. Construção de confiança com movimentos feministas

Confiança é vital entre redes sociais e movimentos feministas para assegurar que os dados possam ser utilizados e as organizações feministas possam trabalhar com redes sociais para melhorar a sua disponibilidade pública de dados. O tema da confiança é significativo, dadas as práticas de coleta de dados e o processo contextualizado no colonialismo de dados e as experiências de Dataveillance para as mulheres. Entre as recomendações para construir confiança entre os movimentos feministas e as redes sociais incluem-se ouvir as feministas; contratar feministas; ter em conta os diversos modelos de negócio que permitem a copropriedade do conhecimento; e ser acessível para ajudar os movimentos a compreender práticas na plataforma que podem asfixiar o engajamento dos movimentos. A confiança é vital para o envolvimento com os movimentos de modo a que ele seja mutuamente benéfico.

## Respondente da Entrevista

“*Creio que, para além de ouvir e pensar porque precisam de apoiar este movimento feminista, deveríamos perguntar porque não ouvem as feministas quando lhes dizemos o que queremos*”

# 4. Financiamento para iniciativas de aprendizagem de dados e de tecnologistas feministas

Financiadores, parceiros e empresas de tecnologia deveriam concentrar os seus esforços e fundos no apoio e desenvolvimento de iniciativas de alfabetização de dados no continente. Ao concentrar os esforços de treinamento apenas em determinadas organizações, as experiências muitas vezes acabam por aí ou são perdidas quando esses colaboradores se afastam dessa organização. Há uma escassez de tais iniciativas pelo continente, e especialmente aquelas que levam em conta metodologias de pesquisa feministas. No entanto, programas como o Code for Africa's WanaData e Data Science Nigeria fizeram progressos

significativos na formação de cientistas e jornalistas de dados.

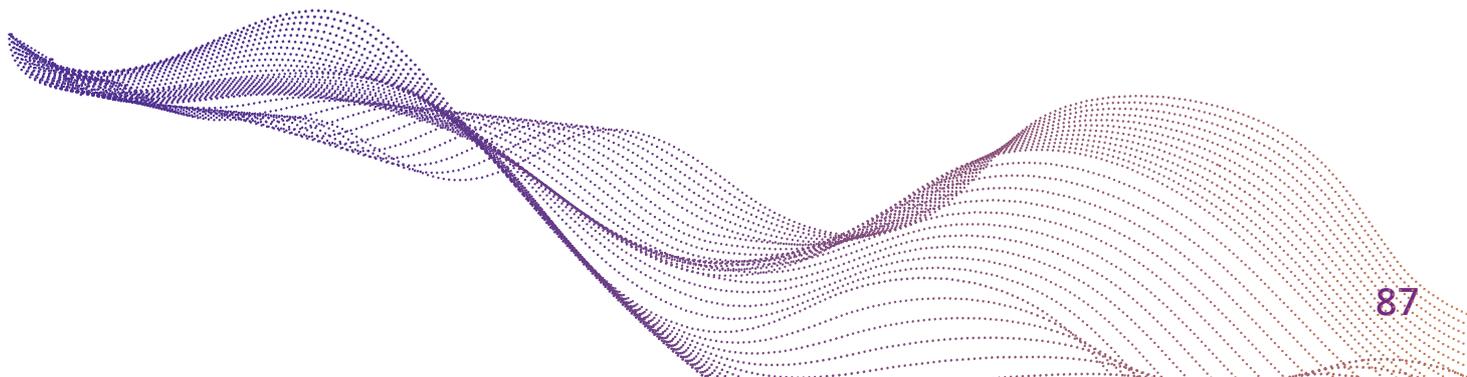
Similarmente, mais esforços devem ser concentrados na melhoria da canalização de mulheres em ramos de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática. É raro encontrar mulheres programadoras, e ainda mais raras são as mulheres feministas programadoras. Há necessidade de continuar a examinar a intersecção de tecnologia, género e ética.

## 5. Financiamento para Pesquisa Feminista

As pesquisas feministas procuram explorar as preocupações ontológicas e epistemológicas sobre os métodos tradicionais de pesquisa, examinando os pressupostos inerentes à dinâmica de poder de quem é considerado o “conhecedor” versus o “conhecido”. A violência epistemológica acontece quando os sujeitos da investigação das ciências sociais são considerados como “O Outro” e os dados sobre eles são interpretados de forma a realçar os seus problemas e inferioridade. Por exemplo, considere a forma como as ONGs ocidentais promovem imagens de pobreza romantizadas nos seus anúncios de angariação de fundos. Além disso, esta violência epistemológica tem impacto na capacidade de indivíduos marginalizados, geralmente mulheres, de produzir conhecimento e vai mais além na deslegitimação do conhecimento que não

se encaixa nos ideais normativos ocidentais (Tandon, 2018). As mesmas preocupações são vistas no âmbito do Big Data em termos de como os dados são recolhidos, processados e interpretados a fim de poderem ser posteriormente utilizados para promover mudanças.

Os movimentos feministas têm de ser financiados para conduzir investigação a partir de uma lente decolonial, feminista. Isto alinha-se com o feminismo dos dados na valorização de múltiplos meios de conhecimento. Também contribuiria para a obtenção de justiça de dados, uma vez que o apoio financeiro garantiria às feministas a capacidade de olhar para as oportunidades e desafios dos grupos marginalizados e lutar pela mudança social. Várias novas vertentes surgiram que se baseiam em abordagens feministas, tais como o ciberfeminismo, estudos feministas de tecnologia e, até certo ponto, o futurismo africano.



## Respondente da Entrevista

*Temos muito poucas mulheres académicas, pouquíssimas académicas especializadas única e exclusivamente em questões de mulheres, em questões de género. São frequentemente os homens que falam das mulheres, e muitas vezes quando é dado espaço às mulheres para falarem, é apenas durante o mês de março ou para cumprirem alguma agenda política*

# LONGO PRAZO

## 6. Criar valorização de diferentes formas de dados

A investigação decolonial envolveria processos que valorizassem, recuperassem e pusessem em primeiro plano as vozes indígenas e as formas de conhecimento e utilização de métodos indígenas de transferência de conhecimento, como o contar histórias, a participação, a aprendizagem prática, a aprendizagem comunitária e a investigação colaborativa (Tamale, 2020). O feminismo dos dados também nos ensina a valorizar múltiplas formas de conhecimento, incluindo o conhecimento que

provém das pessoas como organismos vivos e sensoriais no mundo (D'Ignazio & Klein, 2020). As feministas africanas e organizações feministas já estão a participar nesta forma de pesquisa, uma vez que estão criando plataformas onde partilham histórias e perfis de mulheres e pessoas de géneros não-binários para tornar visível o seu impacto e as complexidades das suas experiências. As feministas africanas também apelam à utilização de ferramentas críticas inovadoras e subversivas na pesquisa e no ensino africanos. A académica sul-africana Dra. Pumla Dineo, por exemplo,

recomenda o uso das artes visuais na articulação de temas como a sexualidade (Tamale, 2020).

Um desafio significativo para os movimentos feministas gira em torno de dados quantitativos, mas os dados qualitativos são frequentemente recolhidos de forma eficiente por parte dos movimentos, tais como contos de histórias e estudos de casos. Há uma necessidade de combinar diferentes formas de dados - qualitativos, quantitativos e Big Data - para influenciar mudanças políticas. Para que isto aconteça, ao pensar em bancos públicos de Big Data, as redes sociais com estes dados devem investir em destacar como estes podem ser complementares a diferentes formas de dados - em particular dados qualitativos e dados arquivados. O arquivamento digital das páginas dos movimentos feministas que se organizam em plataformas de rede social e posteriormente a disponibilização destes dados para pesquisa garantiria a disponibilidade de dados históricos e registos públicos das ações tomadas pelo movimento. Além disso, o arquivamento teria de ser uma opção disponível para os movimentos para a curadoria das suas páginas de forma a que estas continuem a existir para além de um período de tempo do movimento.

*Creio que uma coisa em que estamos a tentar pensar é nos arquivos digitais e a razão pela qual precisamos começar a falar de arquivos digitais dentro dos espaços das redes sociais e é porque isso também está em torno da estrutura das nossas histórias, especialmente de um movimento feminista da África. Como é que nos certificamos de que estes movimentos estão a ser arquivados, e como é que resolvemos isso ?*

**Respondente  
da Entrevista**

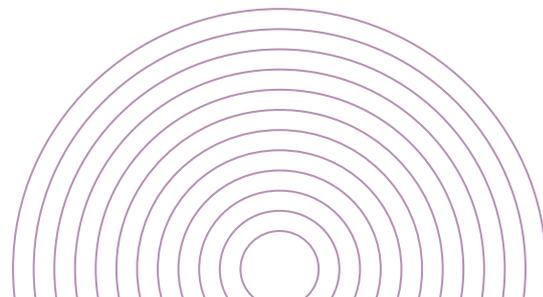
## 7. Fortalecer a segurança das mulheres on-line

Plataformas de tecnologia, instituições governamentais e organizações civis têm fornecido constantemente mais recursos educativos sobre higiene digital e ferramentas de segurança durante os últimos anos, no entanto, a utilização e acesso a estes recursos continuam a ser limitados. Muitas mulheres não sabem onde ter acesso à informação referente à segurança digital. Os recursos de segurança digital devem ser adaptados aos contextos e línguas locais, bem como integrados nos currículos educacionais.

Plataformas de redes sociais devem colocar mais ênfase na proteção das mulheres nas suas plataformas. Devem envolver-se com moderadores de conteúdos indígenas que compreendam a nuance e o contexto das culturas e linguística locais. Também devem melhorar a eficácia dos mecanismos de denúncia nas suas plataformas.

O ativismo político, estratégias legais e autoridades legais poderiam reforçar as leis contra o assédio on-line e são um meio viável para impedir os agressores de cometerem violência de género on-line. No entanto, devem ser tomadas precauções para assegurar que a regulamentação não conduza à

restrição da liberdade de expressão. As autoridades legais devem receber treinamento acerca da segurança de género digital para lidar com denúncias de violência de género on-line e para prestar assistência técnica, aconselhamento e apoio em tempo útil às mulheres. Juntamente com o envolvimento do corpo de segurança, é necessário que os países adotem leis de proteção de dados e privacidade e criem comités e mecanismos para implementar estas leis.



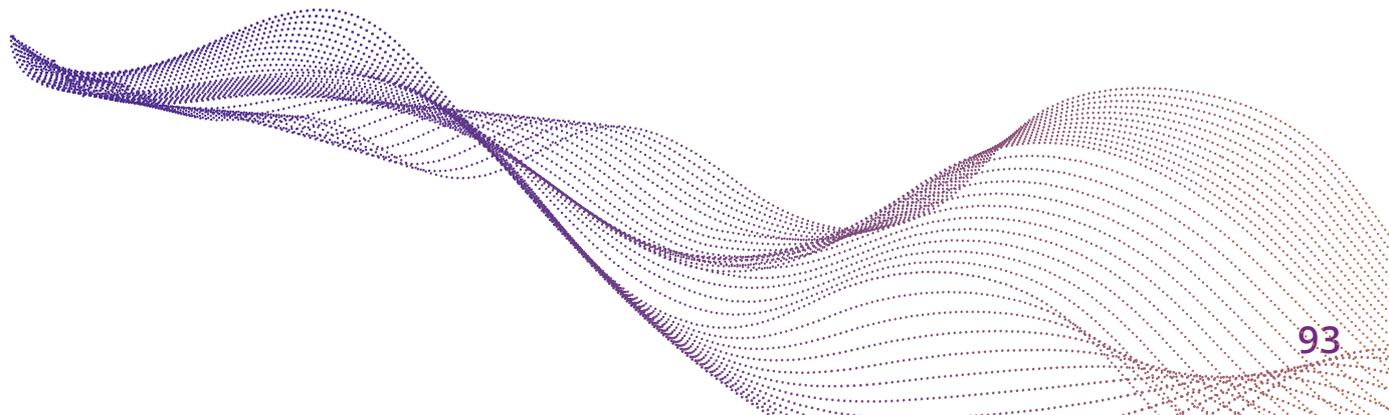
Por fim, muitas das soluções de higiene digital colocam o fardo da segurança nas costas das vítimas. Estudos mostram que poucas intervenções se destinam a evitar que os agressores primários e secundários ajam de forma violenta em primeiro lugar. Valeria a pena ensinar aos novos (e antigos) utilizadores da Internet como se comportarem em ambientes digitais de uma forma fundamentada na empatia e bondade.

---

**Lewis**  
2020



*Higiene digital é o termo universal para as práticas e comportamentos relacionados com a limpeza e conservação do seu mundo digital*



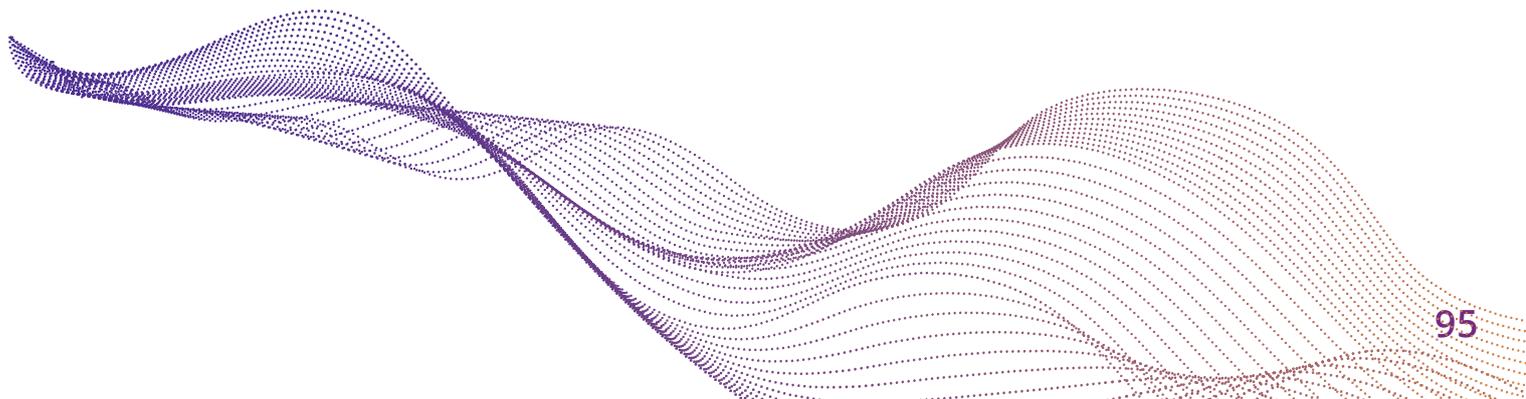
## 8. Futuro da Governança de Dados Feministas

A governança de dados feminista deve levar em conta os desequilíbrios de poder que existem entre quem fornece e quem recolhe os dados. Dados têm o potencial de gerar resultados positivos, tais como personalização de serviços ou alocação de recursos. Contudo, estes dados podem também provocar certos resultados negativos, tais como a discriminação, que pode exacerbar ainda mais as desigualdades existentes na sociedade.

STS Feministas (estudos de ciência e tecnologia) lutam frequentemente para desfazer narrativas hegemônicas. Eles procuram explorar os fatores sociais, culturais e políticos que moldam a tecnologia à nossa volta e está comprometido a compreender a tecnologia através da lente da noção que o desenvolvimento inteligente de um indivíduo depende da sua participação num contexto sociocultural, representatividade e cuidado. Há múltiplos aspetos de cuidado que merecem ser considerados, incluindo a noção do trabalho invisível envolvido na produção de dados, quer isso signifique conteúdo e conhecimento de um indivíduo, quer signifique o fardo que recai sobre os cidadãos e a sociedade civil de recolher dados para a melhoria da sociedade. Similarmente, a situação dos serviços sociais

está a tornar-se rapidamente dependente de sistemas de dados onde se pratica o determinismo tecnológico, ou seja, a colocação do fardo sobre as apps, algoritmos ou dispositivos, em vez de uma análise detalhada dos contextos e dinâmicas de poder em curso (Fotopoulou, 2019).

Como Nissenbaum afirmou numa entrevista em 2018, os especialistas em tecnologia devem ir além de fornecer Termos e Condições ilegíveis ou ajustar mecanismos de consentimento em plataformas digitais, com o objetivo de pensar de forma mais holística sobre como os fluxos de dados poderiam funcionar de uma forma que distribuísse os custos e benefícios de forma justa a toda a sociedade e apoiasse os valores dos domínios sociais tais como saúde, democracia, estilos de vida equilibrados, etc. (Berinato, 2018).





*O futuro dos dados afro-feministas só é possível quando aqueles que possuem os dados garantem que os dados sejam compartilhados de forma transparente e responsável e alinhados aos princípios feministas.*

# CONCLUSÃO

Dados, nas suas várias formas, podem desempenhar um papel vital nos movimentos feministas, alcançando uma sociedade ideal, transformadora e justa. O mapeamento das práticas de tratamento de dados atuais destaca as oportunidades e brechas que existem a nível dos dados disponíveis publicamente e dados das redes sociais, e em particular, dados que assumem uma perspetiva feminista. Ao imaginar o futuro dos dados Afrofeministas, o contexto das práticas coloniais, os desequilíbrios de poder e a falta de dados feministas indicam a necessidade de enfrentar desafios dentro do ecossistema de dados.

Os futuros de dados Afrofeministas, só podem ser possíveis quando aqueles que detêm os dados assegurarem que estes são partilhados de forma transparente e responsável e em conformidade com os princípios feministas. Também requer soluções adequadas aos desafios e preocupações destacados nesta pesquisa. Esta pesquisa é um primeiro passo para compreender o papel dos dados nos movimentos feministas. Mais pesquisas e investimentos significativos são necessários para explorar as melhores práticas para promover a utilização de dados e desenvolver práticas de tratamento de dados que assegurem a justiça dos dados em toda a África.

# AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer o apoio de Chinonye “Chi Chi” Egbulem e Zenaida Machado na condução das nossas entrevistas e discussões direcionadas em grupo em francês e português, respectivamente. Gostaríamos de agradecer às muitas feministas africanas com quem conversamos e que generosamente nos concederam o seu tempo, conhecimentos e perspectivas para dar forma a este trabalho de investigação. Gostaríamos também de agradecer Cynthia Gangbo e Rebecca Naur S. Barbosa pelo cuidado, consideração e apoio na tradução deste documento para francês e português, respectivamente. Finalmente, gostaríamos de agradecer a Aïda Ndiaye, Mazuba Haanyama e Brownen Raff pelo apoio e feedback.

# REFERÊNCIAS

1. Abebe, R., Aruleba, K., Birhane, A., Kingsley, S., Obaido, G., Remy, S. L., & Sadagopan, S. (2021). Narratives and Counternarratives on Data Sharing in Africa. Conference on Fairness, Accountability, and Transparency (FAcT '21), March 3–10, 2021, Virtual Event, Canada, 329–341. Retirado de <https://dl.acm.org/doi/10.1145/3442188.3445897>
2. Ada Lovelace Institute. (2020). Rethinking Data. Changing Narratives, Practices and Regulations. Author. Retirado de <https://www.adalovelaceinstitute.org/wp-content/uploads/2020/01/Rethinking-Data-Prospectus-Print-Ada-Lovelace-Institute-2019.pdf>
3. AWDF. (2007). CHARTER OF FEMINIST PRINCIPLES FOR AFRICAN FEMINISTS. African Women's Development Fund. Retirado de <https://awdf.org/wp-content/uploads/AFF-Feminist-Charter-Digital-â-English.pdf>
4. Berinato, S. (2018, September 24). Why Data Privacy Based on Consent Is Impossible. Retirado de <https://hbr.org/2018/09/stop-thinking-about-consent-it-isnt-possible-and-it-isnt-right>
5. boyd, D. A. N. A. H., & Crawford, K. (2012). CRITICAL QUESTIONS FOR BIG DATA. *Information, Communication & Society*, 15(5), 662–679. <https://doi.org/10.1080/1369118x.2012.678878>
6. Chair, C. (2020). My Data Rights: Feminist Reading of the Right to Privacy and Data Protection in the age of AI. Retirado de <https://mydatarights.africa/policy-recommendations/>
7. Coleman, D. (2019). Digital Colonialism: The 21st Century Scramble for Africa through the Extraction and Control of User Data and the Limitations of Data

- Protection Laws. *Michigan Journal of Race and Law*, 24, 1–24. Retirado de [https://repository.law.umich.edu/mjrl/vol24/iss2/6/?utm\\_source=repository.law.umich.edu%2Fmjrl%2Fvol24%2Fiss2%2F6&utm\\_medium=PDF&utm\\_campaign=PDFCoverPages](https://repository.law.umich.edu/mjrl/vol24/iss2/6/?utm_source=repository.law.umich.edu%2Fmjrl%2Fvol24%2Fiss2%2F6&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages)
8. Confessore, N. (2018, November 15). Cambridge Analytica and Facebook: The Scandal and the Fallout So Far. *The New York Times*. Retirado de <https://www.nytimes.com>
  9. Cookson, T., Berryhill, A., & Kelleher, D. (unpublished). From Biased AI to Feminist AI: Moving from diagnosis to Change. Unpublished Manuscript.
  10. Couldry, N., & Mejias, U. A. (2018). Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject. *Television & New Media*, 20(4), 336–349. Retirado de <https://doi.org/10.1177/1527476418796632>
  11. Data 2X. (2019a, November). Big Data, Big Impact? Towards Gender-Sensitive Data Systems. Author. Retirado de <https://data2x.org/wp-content/uploads/2019/11/BigDataBigImpact-Report-WR.pdf>
  12. Data 2X. (2019b, March). Bridging the Gap: Mapping Gender Data Availability in Africa. Author. Retirado de <https://data2x.org/resource-center/bridging-the-gap-mapping-gender-data-availability-in-africa/>
  13. Data Science Central. (2018). The Concept of Datafication; Definition & Examples. Retirado de <https://www.datasciencecentral.com/profiles/blogs/the-concept-of-datafication-definition-amp-examples>
  14. Degli Esposti, S. (2014). When big data meets dataveillance: the hidden side of analytics. *Surveillance & Society*, 12(2), 209–225. Retirado de <https://doi.org/10.24908/ss.v12i2.5113>
  15. D'Ignazio, C., & Klein, L. (2020). Seven intersectional feminist principles for equitable and actionable COVID-19 data. *Big Data & Society*, 7(2), 205395172094254. Retirado de <https://doi.org/10.1177/2053951720942544>

16. D'Ignazio, C., & Klein, L. F. (2020). *Data Feminism (Strong Ideas)*. Massachusetts, USA: The MIT Press.
17. Facebook. (2019, November 29). Electrical Distribution Grid Maps. Retirado de <https://dataforgood.fb.com/tools/electrical-distribution-grid-maps/>
18. Facebook. (2020a, February 2). Methodology: High Resolution Population Density Maps + Demographic Estimates. Retirado de <https://dataforgood.fb.com/docs/methodology-high-resolution-population-density-maps-demographic-estimates/>
19. Facebook. (2020b, September 8). World - Facebook: Future of Business Survey 2019, December. Retirado de <https://microdata.worldbank.org/index.php/catalog/3767>
20. Facebook. (2021, January 22). Population Density Maps. Retirado de <https://dataforgood.fb.com/tools/population-density-maps/>
21. Feministinternet.org. (n.d.). Access | Feminist Principles of the Internet. Retirado de <https://feministinternet.org/en/principle/access>
22. FeministInternet.org. (n.d.). Privacy & Data | Feminist Principles of the Internet. Retrieved from <https://feministinternet.org/en/principle/privacy-data>
23. Fotopoulou, A. (2019). Understanding citizen data practices from a feminist perspective: Embodiment and the ethics of care. In *Citizen Media and Practice : Currents, Connections, Challenges* (p. 1). Retrieved from <https://core.ac.uk/download/pdf/188259135.pdf>
24. Girard, F. (2019, November 4). Philanthropy for the Women's Movement, Not Just 'Empowerment' (SSIR). Retrieved from [https://ssir.org/articles/entry/philanthropy\\_for\\_the\\_womens\\_movement\\_not\\_just\\_empowerment](https://ssir.org/articles/entry/philanthropy_for_the_womens_movement_not_just_empowerment)
25. Gray, J., Gerlitz, C., & Bounegru, L. (2018). Data infrastructure literacy. *Big Data & Society*, 5(2), 1. <https://doi.org/10.1177/2053951718786316>

26. GSMA (2020). The Mobile Gender Gap: Africa. Retrieved from <https://www.gsma.com/mobilefordevelopment/wp-content/uploads/2020/05/GSMA-The-Mobile-Gender-Gap-Report-2020.pdf> on February 4th, 2021
27. Gwagwa, A., & Garbe, L. (2018, December 11). Exporting Repression? China's Artificial Intelligence Push into Africa. Retrieved from <https://www.cfr.org/blog/exporting-repression-chinas-artificial-intelligence-push-africa>
28. Hao, K. (2020, December 7). We read the paper that forced Timnit Gebru out of Google. Here's what it says. Retrieved from <https://www.technologyreview.com/2020/12/04/1013294/google-ai-ethics-research-paper-forced-out-timnit-gebru/>
29. Hawkins, A. (2018, July 25). Beijing's Big Brother Tech Needs African Faces. Retrieved from <https://foreignpolicy.com/2018/07/24/beijings-big-brother-tech-needs-african-faces/>
30. Iglesias, C. (2020, October 29). The gender gap in internet access: using a women-centred method. Retrieved from <https://webfoundation.org/2020/03/the-gender-gap-in-internet-access-using-a-women-centred-method/>
31. Ilori, T. (2020, June). Data protection in Africa and the COVID-19 pandemic: Old problems, new challenges and multistakeholder solutions. Association for Progressive Communications (APC). Retrieved from <https://www.apc.org/en/pubs/data-protection-africa-and-covid-19-pandemic-old-problems-new-challenges-and-multistakeholder>
32. Kasemiire, C. (2021, February 8). SafeBoda illegally shared users' data with US company - NITA-U. Retrieved from <https://www.monitor.co.ug/uganda/business/finance/safeboda-illegally-shared-users-data-with-us-company-nita-u-3283228>
33. Kidera, M. (2020, August 14). Huawei's deep roots put Africa beyond reach of US crackdown. Retrieved from <https://asia.nikkei.com/Spotlight/Huawei-crackdown/Huawei-s-deep-roots-put-Africa-beyond-reach-of-US-crackdown>

34. Kwet, M. (2018). Digital Colonialism: US Empire and the New Imperialism in the Global South. SSRN Electronic Journal, 1. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3232297>
35. Ladysmith, Cookson, T. P., Zulver, J., Fuentes, L., & Langworthy, M. (2020). Building alliances for gender equality: How the tech community can strengthen the gender data ecosystem. Ladysmith. Retrieved from [https://drive.google.com/file/d/1bsy\\_Gx7DHH8K54sRp74rJoWTLY47TdCU/view](https://drive.google.com/file/d/1bsy_Gx7DHH8K54sRp74rJoWTLY47TdCU/view)
36. Metz, C., & Wakabayashi, D. (2020, December 4). Google Researcher Timnit Gebru Says She Was Fired For Paper on AI Bias. Retrieved from <https://www.nytimes.com/2020/12/03/technology/google-researcher-timnit-gebru.html>
37. Middlebrook, Callie, (February 17, 2020) The Grey Area: Instagram, Shadowbanning, and the Erasure of Marginalized Communities. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3539721> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3539721>
38. Milan, S., & Velden, L. (2016). The Alternative Epistemologies of Data Activism. Digital Culture & Society, 2(2), 57–74. <https://doi.org/10.14361/dcs-2016-0205>
39. Nyabola, N. (2018). Digital Democracy, Analogue Politics. Amsterdam, Netherlands: Adfo Books.
40. Oracle. (2021). Big Data Defined. Retrieved from <https://www.oracle.com/big-data/what-is-big-data/#:%7E:text=Put%20simply%2C%20big%20data%20is,been%20able%20to%20tackle%20before.>
41. Parkinson, J., Bariyo, N., & Chin, J. (2019, August 15). Huawei Technicians Helped African Governments Spy on Political Opponents. Retrieved from <https://www.wsj.com/articles/huawei-technicians-helped-african-governments-spy-on-political-opponents-11565793017>
42. Persily, N., & Tucker, J. A. (2020). Social Media and Democracy (SSRC Anxieties of

- Democracy). Cambridge, England: Cambridge University Press.
43. Pollicy, Iyer, N., Bonnita Nyamwire, B., & Nabulega, S. (2020, August). Alternate realities, alternate internets: African feminist research for a feminist internet. Pollicy. <https://www.apc.org/en/pubs/alternate-realities-alternate-internets-african-feminist-research-feminist-internet>
  44. Pilling, D. (2019, October 23). African countries are missing the data needed to drive development. Retrieved from <https://www.ft.com/content/4686e022-f58b-11e9-b018-3ef8794b17c6>
  45. Privacy International. (2020, March). One Year On, what has Uganda's Data Protection Law Changed? Retrieved from <https://privacyinternational.org/news-analysis/3385/one-year-what-has-ugandas-data-protection-law-changed#:~:text=The%20Data%20Protection%20and%20Privacy%20Act%2C%202019%20aims%20to%20protect,actors%2C%20within%20and%20outside%20Uganda.>
  46. Robertson, T. (2020, January 14). Senegal to Review Data Protection Law. Retrieved from <https://cipesa.org/2020/01/senegal-to-review-data-protection-law/>
  47. Shephard, N. (2019, November 25). Towards a Feminist Data Future | Gunda-Werner-Institut. Retrieved from <https://www.gwi-boell.de/en/2019/11/25/towards-feminist-data-future>
  48. Tamale, S. (2020). Decolonization and Afro-Feminism (1st ed.). Quebec City, Canada: Daraja Press.
  49. Tandon, A. (2018, December). Feminist Methodology in Technology Research. The Centre for Internet and Society, India. Retrieved from <https://cis-india.org/internet-governance/feminist-methodoloty-in-technology-research.pdf>
  50. Taylor, E. (2019, July 30). What Happens When Queer People and Sex Workers Lose

Instagram? Retrieved from <https://www.bitchmedia.org/article/sex-workers-queer-meme-instagram-censorship>

51. Taylor, L. (2017). What is data justice? The case for connecting digital rights and freedoms globally. *Big Data & Society*, 4(2), 205395171773633. <https://doi.org/10.1177/2053951717736335>
52. Temin, M., & Roca, E. (2016). Filling the Gender Data Gap. *Studies in Family Planning*, 47(3), 264–269. <https://doi.org/10.1111/sifp.70>
53. The Centre for Internet and Society, India. (2018, December). Feminist Methodology in Technology Research: A Literature Review. The Centre for Internet and Society, India. Retrieved from <https://cis-india.org/internet-governance/feminist-methodoloty-in-technology-research.pdf>
54. UN Data Revolution. (2013, August). What is the Data Revolution? The High Level Panel on the Post-2015 Development Agenda. Retrieved from <https://www.post2020hlp.org/wp-content/uploads/docs/What-is-the-Data-Revolution.pdf>
55. UN Data Revolution. (2016, May 9). What is the “data revolution”? Retrieved January 20, 2021, from <https://www.undatarevolution.org/data-revolution/#comment-46064>
56. Van Dijck, J. (2014b). Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance & Society*, 12(2), 197–208. <https://doi.org/10.24908/ss.v12i2.4776>
57. World Wide Web Foundation. (2020). WOMEN’S RIGHTS ONLINE : Closing the digital gender gap for a more equal world. Author. Retrieved from <http://webfoundation.org/docs/2020/10/Womens-Rights-Online-Report-1.pdf>